



CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS PERFIS E ESPECIALIDADES

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 30 (trinta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO** poderá levar o **Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO** serão levados em conta.
- 10 - O tempo disponível para esta Prova objetiva e a Prova Discursiva é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para marcação do **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS GERAIS

Impacto social da inteligência artificial

1 A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia revolucionária que tem impactado significativamente diversas áreas da sociedade. Um dos aspectos mais marcantes desse impacto é a democratização de serviços, que permite o acesso e o usufruto dos benefícios por uma parcela cada vez maior da população. Entretanto, essa evolução tecnológica também traz consigo questões éticas complexas relacionadas à criação e ao desenvolvimento das inteligências artificiais. Portanto, o que é necessário considerar ao enfrentar o dilema ético?

2 A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. Dentre elas, é necessário destacar o acesso igualitário à informação. Por meio de assistentes virtuais e *chatbots*, pessoas com diferentes níveis de habilidades tecnológicas podem acessar informações, serviços e suporte de maneira mais fácil e eficiente. A tradução automática, por exemplo, facilita a comunicação entre populações que falam idiomas diferentes. Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos seus interesses.

3 Outra área em que a IA tem trazido melhorias é a de saúde e bem-estar. A aplicação na medicina proporciona diagnósticos mais precisos, descoberta de novos tratamentos e cuidados personalizados. Esses avanços têm o potencial de ampliar o acesso a serviços de qualidade, especialmente em áreas remotas e desfavorecidas. Na medicina de precisão, a IA identifica características genéticas específicas para selecionar os tratamentos mais adequados para cada paciente, o que permite maior eficiência e redução de custos associados a tratamentos ineficazes. Além disso, a IA favorece a telemedicina e a assistência médica remota, permitindo que médicos e profissionais de saúde prestem cuidados a pacientes distantes, o que é particularmente útil em áreas rurais ou com recursos médicos limitados, onde a presença física de um médico pode ser escassa. A telemedicina gera melhoria no acesso aos serviços de saúde, permitindo que mais pessoas recebam cuidados adequados.

4 A IA também tem contribuído para tornar o ensino mais acessível, desempenhando um papel significativo na educação de pessoas com necessidades intelectuais específicas e proporcionando suporte personalizado e adaptativo para atender às necessidades individuais. Plataformas de aprendizagem *on-line* e recursos inteligentes permitem a personalização e a adaptação dos métodos educacionais às necessidades individuais dos estudantes. Isso possi-

bilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade para pessoas em regiões com recursos limitados ou dificuldades de acesso à educação convencional.

5 Embora a inteligência artificial tenha o potencial de trazer benefícios sociais significativos, é importante considerar as questões éticas envolvidas em sua criação e seu desenvolvimento. Um dos desafios dessa natureza é a presença de vieses algorítmicos. Os algoritmos de IA podem refletir e perpetuar estigmas existentes na sociedade, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica. É fundamental que os desenvolvedores da ferramenta estejam conscientes dessas questões e adotem medidas para mitigar vieses, garantindo a equidade e a imparcialidade nos sistemas.

6 Outro desafio ético é a desigualdade digital. Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA. É crucial abordar essa desigualdade para garantir que a democratização dos serviços seja verdadeiramente inclusiva.

7 Para garantir que a IA seja um catalisador positivo para a sociedade, é fundamental salientar essas questões, adotar medidas para minimizar vieses, proteger a privacidade e trabalhar em direção a uma democratização inclusiva e acessível. Somente com uma abordagem responsável e colaborativa poderemos aproveitar todo o potencial da IA para o benefício de todos.

MORAES, Enio. *Jornal do Comércio*, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/opiniao/impacto-social-da-inteligencia-artificial/#gref>. Acesso em: 19 nov. 2023. Adaptado.

1 De acordo com o texto, uma das preocupações essenciais para tratar as questões éticas relacionadas à inteligência artificial é

- (A) garantir a inclusão digital da população.
- (B) disponibilizar novos serviços aos usuários.
- (C) investir em pesquisa para ampliar os recursos de IA.
- (D) promover capacitação de desenvolvedores de ferramentas em IA.
- (E) implementar algoritmos que reiterem concepções sociais tradicionais.

2

Depois de detalhar as diferentes contribuições da inteligência artificial no processo educacional da população o texto desenvolve a seguinte ideia:

- (A) a telemedicina tem permitido que profissionais de saúde prestem atendimento a moradores de áreas rurais.
- (B) a tradução automática é uma forma de acesso igualitária à informação de pessoas que falam idiomas distintos.
- (C) os algoritmos podem perpetuar estigmas sociais, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica.
- (D) os assistentes virtuais e os *chatbots* facilitam o acesso à informação a pessoas de baixa habilidade tecnológica.
- (E) os tratamentos mais adequados a diferentes pacientes podem ser definidos a partir de estudo de suas características genéticas.

3

O principal recurso argumentativo empregado no texto para defender a existência de impactos sociais positivos da inteligência artificial é

- (A) a apresentação de depoimentos de pesquisadores que desenvolvem estudos sobre o assunto.
- (B) a descrição de projetos governamentais voltados ao aperfeiçoamento dessa tecnologia revolucionária.
- (C) a enumeração de diferentes institutos de pesquisa destinados a desenvolver ações de inclusão social.
- (D) o detalhamento de diferentes serviços que garantem à população o acesso igualitário à informação.
- (E) o emprego de expressões depreciativas com o objetivo de relativizar a visão negativa sobre o uso da IA.

4

O trecho do segundo parágrafo “A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. **Dentre elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação” pode ser reescrito, de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, mantendo-se o sentido original, da seguinte forma:

- (A) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **onde** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (B) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **para as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (C) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (D) A inteligência artificial **tanto** tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (E) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **dentre as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.

5

No texto, o referente do termo em destaque está corretamente explicitado entre colchetes no

- (A) parágrafo 2 – “Dentre **elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação.” [democratização de serviços]
- (B) parágrafo 2 – “Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos **seus** interesses.” [algoritmos]
- (C) parágrafo 4 – “**Isso** possibilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade” [necessidades individuais dos estudantes]
- (D) parágrafo 5 – “é importante considerar as questões éticas envolvidas em **sua** criação e seu desenvolvimento” [benefícios sociais]
- (E) parágrafo 7 – “é fundamental salientar **essas** questões, adotar medidas para minimizar vieses” [questões éticas]

6

A concordância do verbo destacado atende às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) Ao levar em conta as questões éticas relacionadas aos algoritmos de reconhecimento facial, **percebe-se** as limitações da legislação atual.
- (B) Ao utilizar algoritmos em processos decisórios nas áreas de justiça e segurança pública, **reproduz-se** discriminações presentes na sociedade, tanto racial quanto de gênero.
- (C) Nos últimos anos, **constatou-se** mudanças significativas no modo como os usuários das redes sociais se deixam manipular pelos algoritmos digitais.
- (D) Para atender às demandas de democratização dos serviços relacionados à inteligência artificial, **optou-se** por investimentos mais altos na infraestrutura tecnológica.
- (E) Com o objetivo de facilitar a comunicação entre pessoas que falam idiomas diferentes, **desenvolve-se** assistentes virtuais de tradução automática.

7

Considere o seguinte trecho do 6º parágrafo:

Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA.

A relação lógica que se estabelece entre as duas frases é de

- (A) alternância
- (B) causalidade
- (C) concessão
- (D) condição
- (E) tempo



Text I

**How good is the U.S. economy?
It's beating pre-pandemic predictions.**

1 Americans might be reluctant to believe it, but on paper, the U.S. economy is doing pretty well. So well, in fact, that we're performing better than forecasts made even before the pandemic began.

2 The nation's employers added another 199,000 jobs in November, the U.S. Bureau of Labor Statistics reported on Friday. This means that overall employment is now 2 million jobs higher than was expected by now in forecasts made way back in January 2020 by the nonpartisan Congressional Budget Office.

3 The job market isn't the only front on which we have bested forecasts made before the pandemic. The overall size of the economy, as measured by gross domestic product, is larger than it was expected to be around now. The International Monetary Fund says that U.S. gross domestic product is higher today, in inflation-adjusted terms, than it had expected at the beginning of 2020. The IMF ran these calculations for countries around the world, and found the United States was an outlier in beating the organization's pre-covid forecasts.

4 So why did well-regarded professional forecasters underestimate the strength of the economy? And how is it that jobs and GDP are doing better than they expected, even as inflation has been unmistakably worse?

5 To some extent, all these things are related. Forecasters obviously did not anticipate the pandemic. They also did not anticipate the unprecedentedly enormous government response to the coronavirus. When the public health crisis hit and disemployed millions of American workers, policymakers implemented unusually generous fiscal and monetary stimulus.

6 Such measures helped get people back to work sooner, and avoided the long, painful effort back to normal that had followed the Great Recession. Thus, faster job growth. They also massively amplified consumer demand, at a time when the productive capacity of the economy (i.e., companies' ability to make and deliver the things their customers want) couldn't keep up. Employers faced all kinds of shortages — of products, materials, workers — and consumers anxious to buy stuff raised the prices of whatever inventory companies actually had available. Thus, faster price growth.

7 If you had asked me back in January 2020 how Americans might feel about an economy with an "extra" 2 million jobs, unemployment less than 4 percent, and inflation just over 3 percent, I probably would have guessed the public would be pretty content. However people are still furious about the extra price growth

they've already endured to date, and unimpressed by all that extra job growth. Maybe it's human nature for people to view better jobs or pay as things they've earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if both are, to some extent, two sides of the same coin.

Available at: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/12/08/jobs-report-economy-beats-pandemic-predictions/>. Retrieved on: Dec. 12, 2023. Adapted.

8

According to Text I,

- (A) although the job market and the GDP are getting worse, prices are decreasing.
- (B) the increasing unemployment has contributed to people's positive perception of the U.S. economy.
- (C) the current predictions about the U.S. economy indicate that the job market will worsen in the future.
- (D) despite people's negative perception, the U.S. economy is doing well.
- (E) excessively positive forecasts about the U.S. economy have pushed prices up.

9

In Text I, in paragraph 4, one of the questions is "why did **well-regarded professional** forecasters underestimate the strength of the economy?"

The expression **well-regarded professional** forecasters can be rewritten, with no change in meaning, as

- (A) respected and experienced forecasters
- (B) enthusiastic and unskilled forecasters
- (C) kind and pretentious forecasters
- (D) strict and amateur forecasters
- (E) laid back and intense forecasters

10

In the sentence "Forecasters obviously did not **anticipate** the pandemic" (Text I, paragraph 5) the term **anticipate** could be replaced, with no change in meaning, by

- (A) precede
- (B) expect
- (C) need
- (D) hide
- (E) fight

11

In the sentence "I probably would have guessed the public would be **pretty content**" (Text I, paragraph 7), the expression **pretty content** can be rewritten, with no change in meaning, by

- (A) very discouraged
- (B) really satisfied
- (C) beautifully betrayed
- (D) poorly valued
- (E) slightly strong

12

In the sentence “Maybe it’s human nature for people to view better jobs or pay as things they’ve earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if **both** are, to some extent, two sides of the same coin.” (Text I, paragraph 7), the word **both** refers to

- (A) “human nature” and “people”
- (B) “better jobs and pay” and “human nature”
- (C) “a painful price increase” and “people”
- (D) “people” and “things they’ve earned”
- (E) “better jobs and pay” and “a painful price increase”

Text II

UK Economy Forecast to Narrow GDP Gap with Germany by 2038

- 1 The UK will be Europe’s best-performing major economy in the next 15 years, narrowing the gap with Germany and extending its lead over France, according to new long-run forecasts.
- 2 The Centre for Economics and Business Research predicted that GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy.
- 3 Under CEBR’s long-run world economic rankings, the UK is expected to grow faster than all of the eurozone “big four” economies — France, Germany, Italy and Spain — but not as rapidly as the US.
- 4 “The fundamentals of the UK economy are still very much strong,” said Pushpin Singh, senior economist at CEBR. “London’s status as a financial and advisory services hub enduring, along with the wider strength of the services sector across the UK, will push UK growth.”
- 5 By 2038, Italy will drop out of the world’s top 10 economies by size, replaced by South Korea. The US and Germany will slip down the rankings, while India and Brazil — two developing economies with large populations — will rise within the top 10.
- 6 France will underperform the UK particularly due to its large public sector and high tax levels, while Germany’s manufacturing slowdown will help Britain narrow the gap, according to Singh.

Available at: <https://www.bnnbloomberg.ca/uk-economy-forecast-to-narrow-gdp-gap-with-germany-by-2038-1.2015577>. Retrieved on: Dec. 26, 2023. Adapted.

13

In paragraph 2, the author states that: “GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy”.

The expression **the world’s sixth-largest economy** from that statement is correctly translated into Portuguese in

- (A) o mundo e as seis maiores economias
- (B) o mundo e a sexta maior economia
- (C) as seis maiores economias do mundo
- (D) um sexto das maiores economias do mundo
- (E) a sexta maior economia do mundo

14

According to the forecast in paragraph 5, one could affirm in Portuguese, that **a economia brasileira terá uma boa colocação no ranking mundial**.

That affirmation is correctly translated into English in

- (A) The economy Brazilian will have a good position in the rankings world.
- (B) The Brazilian economy will have a good position in the world rankings.
- (C) The Brazilian economy will have a position good in the rankings of world.
- (D) An economy Brazilian will have the good position in the rankings of the world.
- (E) An economy Brazilian will have the position good in rankings world’s.

RASCUNHO



15

Considere o texto a seguir sobre a formulação de política pública.

No Brasil, o nascedouro de um sistema público de proteção ao emprego que amparasse os desempregados data de 1986, com o seguro-desemprego, sendo, em 1988, incluído na Constituição Federal, definindo fundo específico para ações que envolvem também a intermediação de empregos e a qualificação. Nesse contexto, a elaboração da política de economia solidária no país é uma estratégia de governo para aprimorar os caminhos tomados pelas políticas de emprego e desenvolvimento; trata-se de uma política de atenção aos grupos sociais mais vulneráveis ao desemprego estrutural e ao empobrecimento. Desse modo, a economia solidária se situa entre as novas perspectivas de relações de trabalho agenciadas por políticas públicas, derivando a importância da evidenciação das demandas e/ou problemas intrínsecos a ela. A expressão economia solidária pode servir para designar práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal — como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura —, englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas com sentido de coletividade, provocando a solidariedade na produção econômica, propriamente.

BARBOSA, R. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA e SILVA, M.; YAZBEK, M. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 90-101. Adaptado.

Na elaboração dessa política pública visando às unidades produtivas, identifica-se o seguinte problema:

- (A) excessiva legislação de regulação do trabalho coletivo ou autogestionário
- (B) preponderância de investimento em pesquisa aplicada em sustentabilidade
- (C) específica comercialização da cadeia produtiva do trabalho autogestionário
- (D) abrangente pulverização de crédito pelas grandes aglomerações financeiras
- (E) elevada capacitação de trabalhadores na especificidade técnica da autogestão

16

No texto a seguir, reflete-se acerca de processos e atores das políticas públicas.

As transformações do Estado impactam diretamente nas transformações das políticas públicas e vice-versa. Estas, derivadas da sociedade civil, especificamente do terceiro setor, são indicadores de ampliação dos espaços historicamente reservados às elites. A reflexão sobre as possíveis articulações entre políticas públicas e desenvolvimento com pretensões sustentáveis, exige um entendimento dos processos políticos e das estruturas de poder que influenciam as decisões e as medidas de governo. A gestão do Estado é um processo intrincado que requisita a negociação de interesses diversos, envolvendo atores sociopolíticos influentes e poderosos, o que é especialmente complexo no Brasil. Apesar das dificuldades políticas e institucionais para influenciar o processo de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira encontra formas de aumentar a sua esfera de influência política e direcionar políticas públicas.

MENDES, A. *et al.* Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA, C.; SOUZA-LIMA, J. (org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 31-32. Adaptado.

Com relação aos atores sociais implicados no desenvolvimento nacional, a concepção de políticas públicas eficazes deve ter como objetivo a(o)

- (A) secundarização do terceiro setor, que apresenta baixo grau de empregabilidade e se restringe a campanhas de mobilização.
- (B) relativização do modelo de parcerias público-privadas, que fracassa em sua experiência internacional, como a estadunidense.
- (C) implementação de programas de ajuste estrutural, adequados ao Consenso de Washington, que visa ao protecionismo comercial e financeiro nacional.
- (D) engajamento da sociedade civil na elaboração, na implementação e no monitoramento de projetos de desenvolvimento, que reforcem a democracia.
- (E) estímulo do modelo desenvolvimentista alicerçado no Estado, capital doméstico e internacional, que reforça a nacionalização da economia.

RASCUNHO

17

Sobre a análise de políticas públicas, considere o texto abaixo.

Para a análise de políticas públicas, podem-se agrupar várias atividades, tendo como resultado um conjunto de processos político-administrativos. Surge um esquema de análise de políticas públicas que se atém aos processos e evita análises sobre a substância das políticas: pretende-se entender como as decisões são tomadas ou como deveriam ser tomadas, mais do que identificar quem ganha o quê e por quê.

DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F.; SALM, J. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009. p. 103-104. Adaptado.

No conjunto de processos político-administrativos vinculados à política pública, identifica-se a atividade específica que visa estudar os programas governamentais, relatando os seus *outputs*, considerando os seus impactos sobre os grupos-alvo e sobre os outros grupos, além de propor mudanças e ajustes; trata-se de uma atividade funcional de mensuração e análise.

Na análise de políticas públicas, essa atividade específica consiste na

- (A) avaliação de políticas
- (B) montagem da agenda
- (C) formulação de propostas
- (D) identificação de problemas
- (E) implementação de programa

18

O texto a seguir aborda a política pública de combate à fome no Brasil.

As causas da fome são estruturais e continuarão a produzir exclusão social. Portanto, é necessário promover a articulação das políticas estruturais com as políticas específicas de combate à fome. Logo, um programa de combate à fome no Brasil, como o Cartão Alimentação, é justificado pelo seguinte conjunto de razões: possibilita a sua massificação rapidamente sem ser inflacionário, pois impacta a pequena produção familiar agropecuária; é um programa típico keynesiano, tendendo a expandir-se em épocas de recessão e de se contrair nas de crescimento acelerado; é temporário e associado a outros programas, como o bolsa-escola, o seguro desemprego e o bolsa-alimentação; permite a implantação de sistemas de controle, de modo a exigir sempre uma contrapartida em termos de ocupação e emprego dos beneficiários; e combina o caráter emergencial de assistência direta às famílias mais pobres com políticas setoriais de reestruturação econômica, como a reforma agrária, a política agrícola e a geração de mais e melhores empregos.

SILVA, G.; BELIK, W. TAKAGI, M. Os desafios de uma política de segurança alimentar no Brasil. In: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (Org.). **A pobreza do Estado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-152. Adaptado.

O conjunto de razões apresentado justifica especificamente um programa de

- (A) transferência de renda em dinheiro
- (B) fornecimento de alimentos em espécie
- (C) transferência de renda em crédito agrícola
- (D) caridade às famílias mais pobres das cidades
- (E) transferência de renda vinculada à compra de alimentos

RASCUNHO



19

O texto abaixo apresenta a descrição de um estágio da política pública.

Depois que um problema público conseguiu entrar na agenda política, depois que foram formuladas várias opções para resolvê-lo e depois que o governo estabeleceu os objetivos políticos e se decidiu por um curso de ação, ainda cabe a ele colocar a decisão em prática. Enquanto a maioria das decisões políticas identifica os meios para perseguir seus objetivos, as escolhas subsequentes têm de alcançar resultados. Para que uma política funcione, há que se alocar fundos, designar pessoas e desenvolver regras de como proceder. Esse estágio do ciclo da política pública depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias, contando, também, com atores não governamentais que fazem parte do subsistema político-administrativo.

HOWET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p.179. Adaptado.

Essa descrição se refere integralmente ao seguinte estágio de uma política pública:

- (A) Avaliação de política: *policy-making* como aprendizagem
- (B) Montagem da agenda: a construção dos problemas
- (C) Tomada de decisão: escolhas positivas e negativas
- (D) Implementação de política: atores e atividades
- (E) Formulação política: instrumentos e *design*

20

Considere o texto sobre a Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) tem expressamente uma constituição econômica voltada para a transformação das estruturas sociais. O capítulo da Ordem Econômica da CF/88 (Artigos 170 a 192) tenta sistematizar os dispositivos relativos à configuração jurídica da economia e à atuação do Estado na economia, isto é, os preceitos constitucionais que, de um modo ou de outro, reclamam a atuação estatal no domínio econômico, embora estes temas não estejam restritos a este capítulo do texto constitucional. Em sua estrutura, o capítulo da Ordem Econômica engloba, no Artigo 170, os princípios fundamentais da ordem econômica brasileira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna de acordo com a justiça social. Além desses princípios estruturantes, a ordem econômica da CF/88 engloba dispositivos que tratam da ordem econômica no espaço e no tempo.

BERCOVICI, G. Os princípios estruturantes e o papel do Estado. *In*: CARDOSO Jr., J. (Org.). **A Constituição Brasileira de 1988 revisitada**. Brasília: Ipea, 2009. p. 256. Adaptado.

No texto constitucional, para além dos princípios, a ordem econômica no espaço está configurada nas disposições sobre

- (A) Reforma agrária e política urbana
- (B) Soberania nacional e defesa do meio ambiente
- (C) Livre concorrência e redução das desigualdades sociais
- (D) Função social da propriedade e busca do pleno emprego
- (E) Defesa do consumidor e redução das desigualdades regionais

21

Determinada lei municipal instituiu pensão por morte e por invalidez para os representantes políticos municipais, beneficiando os ex-ocupantes dos cargos, seus cônjuges ou companheiros sobreviventes, bem como seus descendentes consanguíneos de 1º grau.

À luz da Constituição Federal, a lei em questão é

- (A) válida, conforme arquétipo constitucional, que concede tal vantagem ao Presidente da República.
- (B) válida, caso presentes os mesmos parâmetros utilizados para a concessão da mesma pensão no modelo da Constituição Federal.
- (C) válida, desde que haja previsão do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- (D) inválida, por criar despesa sem apontar a respectiva fonte de custeio ou as medidas de compensação orçamentária.
- (E) inconstitucional, por ofender os princípios da Administração Pública, em especial o da igualdade, desvelando tratamento privilegiado.

22

O assessor jurídico de uma agência de fomento foi incumbido de avaliar um projeto que se baseava em uma norma estadual, de iniciativa popular, que previa a afetação de 10% do orçamento bruto a programas agrícolas. Há dúvidas sobre a compatibilidade dessa norma com a Constituição Federal.

Após estudar o caso, o assessor constatou que essa norma é

- (A) incompatível, uma vez que é de iniciativa do Poder Executivo propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) incompatível, sendo do Poder Legislativo a iniciativa de propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (C) compatível, uma vez que a lei objetiva incentivar determinado setor econômico e não vincula receitas de determinados impostos de competência do Estado.
- (D) compatível, já que é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Executivo só se aplica no caso dos territórios federais.
- (E) compatível, obedecendo às regras constitucionais, no que diz respeito à iniciativa das leis, como corolário da autonomia, independência e harmonia dos Poderes e reveladoras do sistema federativo.

23

Considere o texto a seguir sobre a situação dos quilombolas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos que ocupem suas terras, cabendo ao Estado o dever de emissão dos títulos de propriedade. Essas terras ficaram conhecidas como Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas. [...] De fato, apenas em 2003, o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos foi regulamentado, tendo como órgão responsável na esfera federal o Incra.

GONÇALVES, G. **Acesso à água de famílias quilombolas inscritas no cadúnico e aspectos associados**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Ipea, 2021. p. 6. Adaptado.

Pela primeira vez na história, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigou integrantes dos povos e comunidades tradicionais. De acordo com dados do Censo 2022, a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país.

A elaboração de uma política pública voltada à comunidade quilombola deve incorporar o seguinte dado socioespacial:

- (A) todas as unidades federadas contêm territórios quilombolas.
- (B) a maioria da população quilombola reside em terras tituladas.
- (C) o Nordeste concentra mais da metade do total de quilombolas.
- (D) a maioria quilombola vive em territórios oficialmente delimitados.
- (E) o Norte detém a maioria de quilombolas em territórios delimitados.

24

Considere o texto abaixo sobre novas tecnologias no mundo do trabalho.

A chamada quarta revolução industrial, em pleno curso na atualidade, baseia-se na difusão e na integração das tecnologias já utilizadas desde os anos 1970, por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), bem como em novos avanços tecnológicos nos campos da inteligência artificial, da nanotecnologia e da biologia. Essa revolução traz em seu bojo a possibilidade de automação de atividades altamente especializadas e não rotineiras. As alterações nos padrões sociais e tecnológicos impostos pela atual revolução tecnológica impõem a necessidade de ajustes nas políticas públicas, em particular daquelas relacionadas ao mercado de trabalho. No Brasil, a introdução de tecnologias relacionadas à quarta revolução industrial ocorre, mas é, ainda, incipiente, principalmente devido às deficiências na infraestrutura de comunicações, ao alto custo de importação de máquinas e equipamentos e ao reduzido grau de inovação tecnológica verificado para o conjunto da economia.

MACIENTE, A.; RAUEN, C.; KUBOTA, L. **Tecnologias digitais, habilidades ocupacionais e emprego formal no Brasil entre 2003 e 2017**. Brasília: Ipea. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, ano 25, n. 66, abr. 2019. p. 2. Adaptado.

No Brasil, essas novas tecnologias provocam o seguinte impacto no mundo do trabalho:

- (A) redução do grau de especialização dos trabalhadores formais
- (B) diminuição do grau de competitividade das empresas no mercado
- (C) queda do uso de habilidades cognitivas nos setores de comunicação
- (D) desempenho de atividades rotineiras por máquinas e/ou computadores
- (E) busca de soluções pelo trabalhador bloqueada por tecnologias de informação

25

O texto abaixo aborda a dinâmica demográfica brasileira.

A composição de uma população em seus elementos básicos, como sexo e idade, está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como mercado de trabalho e mercado consumidor. Um ponto importante é que as especificidades da composição populacional variam ao longo do tempo como decorrência dos processos históricos de cada sociedade. A dinâmica demográfica é marcada por processos inerciais, que demandam décadas entre o início e a identificação dos efeitos das mudanças na composição populacional. Destaca-se que um dos processos mais marcantes da dinâmica demográfica que está em curso no Brasil é a transição demográfica. Nessa perspectiva, a transição demográfica consiste na passagem de uma sociedade rural e tradicional, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para uma sociedade urbana e moderna, com essas mesmas taxas em índices reduzidos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p.7. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

A transição demográfica do Brasil atual provoca o seguinte efeito na dinâmica populacional:

- (A) aumento da proporção relativa de pessoas em idade ativa, devido ao bônus demográfico em andamento
- (B) elevação da razão de dependência de crianças e adolescentes, em comparação à de adultos e idosos
- (C) redução dos gastos governamentais com seguridade social, devido ao início do período do bônus demográfico
- (D) impedimento da agregação de indivíduos da faixa etária senil à população em idade ativa
- (E) incremento da elevação das taxas de fecundidade total vinculado ao aumento da expectativa média de vida

26

O texto abaixo discute a questão das cidades e da estrutura produtiva.

As cidades integrantes de uma rede urbana se diferenciam pelos seus tamanhos populacionais, mas também, e sobretudo, em razão da oferta e da qualidade dos serviços que oferecem, como escolas, hospitais, bancos, comércio e universidades. O avanço da transição urbana a partir dos anos 1980, juntamente com a progressão da transição demográfica, diminuiu as taxas de crescimento da população. Muitas regiões e cidades, porém, aumentaram seu peso demográfico por causa dos fluxos migratórios. O contexto da crise econômica abriu então alternativas para cidades de menor porte, especialmente em razão da periferização dos centros urbanos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p. 51. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

Nesse contexto de transição, a partir da década de 1990, identifica-se o seguinte processo socioespacial específico:

- (A) extinção de tecnopolos no Centro-Sul
- (B) estagnação da fronteira agrícola no Norte
- (C) contração do dinamismo das capitais regionais
- (D) desconcentração industrial de regiões metropolitanas
- (E) retração demográfica e produtiva das cidades médias

27

Considere o texto sobre a Lei Júlio Lancellotti.

A Lei 14.489, de 2022, é designada Lei Padre Júlio Lancellotti por uma referência ao religioso que, desde 1986, promove trabalhos sociais na cidade de São Paulo. Coordenador de uma pastoral, Lancellotti usou uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas sob um viaduto pela prefeitura da capital paulista. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que usa sua página numa rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades. Essa lei altera o Estatuto da Cidade para estabelecer entre suas diretrizes a “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado”.

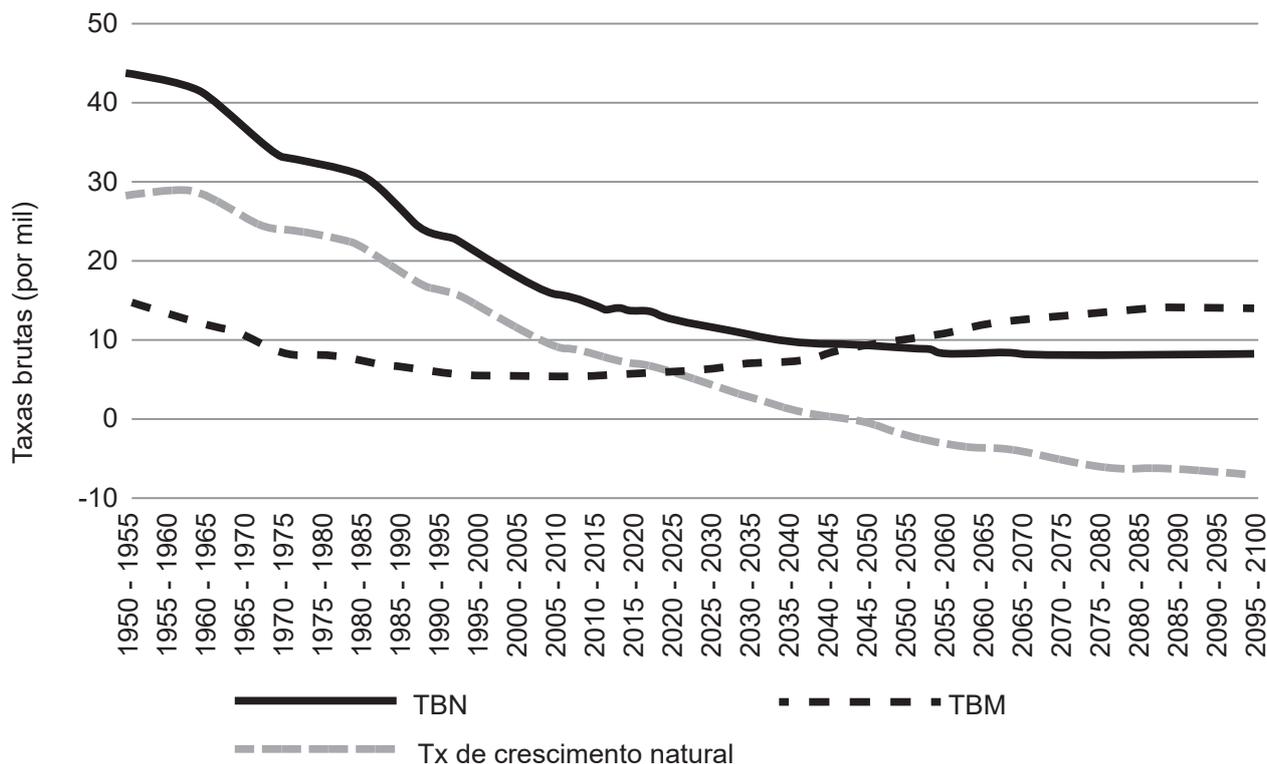
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acesso em: 20 nov. 2023. Adaptado.

Essa recente lei tem como propósito principal evitar a

- (A) especulação imobiliária, discriminando os materiais de construção adequados para os espaços públicos.
- (B) prescrição do Estatuto da Cidade, garantindo a fruição de espaços públicos urbanos livres de arquitetura hostil.
- (C) exclusão social de grupos vulneráveis, garantindo a acessibilidade de pessoas em situação de rua aos espaços públicos.
- (D) permanência de grupos sociais minoritários nos espaços públicos, indicando a prática de uma arquitetura menos hostil.
- (E) utilização popular indiscriminada de praças, calçadas, viadutos e jardins, restringindo o vandalismo nos espaços públicos.

28

Considere o gráfico sobre a demografia no Brasil.



Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/590233>. Acesso em: 18 nov. 2023. Adaptado.

A análise do comportamento demográfico, no período 2020-2025, conduz à seguinte conclusão:

- (A) o crescimento vegetativo está em elevação, decorrente da alta fecundidade.
- (B) o bônus demográfico está em pleno curso, face às condições históricas.
- (C) o saldo migratório está em estagnação, em virtude das crises econômicas.
- (D) a taxa de natalidade está em alta, devido à urbanização acelerada.
- (E) a taxa de mortalidade está em declínio, com o fim da pandemia de Covid-19.

29

O texto a seguir trata da urbanização brasileira.

No Brasil, verificam-se recentes transformações ocorridas nas relações entre os territórios urbanos, bem como no perfil demográfico, produtivo e funcional dos municípios. Além das áreas de concentração de população, o IBGE também identifica os chamados arranjos populacionais, agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, assim como municípios isolados, com população superior a 100 mil habitantes, que, juntos, conformam concentrações urbanas. O Ipea define aglomerações urbanas como aquelas “formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares” e que podem ser constituídas por espaços urbanizados contínuos e descontínuos. Constatam-se mudanças na morfologia urbana, apoiadas no predomínio do automóvel, nas tecnologias de informação e na localização de empresas e moradias em locais mais distantes, que vêm provocando uma “metropolização expandida”, ou seja, uma expansão territorial metropolitana que resulta em mudança completa na estrutura, forma e função das metrópoles.

MOURA, R.; PÊGO, B. **Agglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul**: trajetórias e novas configurações. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 8. (Texto para Discussão n. 2.203). Adaptado.

Essa metropolização expandida é comprovada pela configuração de:

- (A) capitais regionais que controlam os movimentos pendulares.
- (B) cidades conurbadas que respondem por forte rede de fluxos.
- (C) centros locais que atendem à expansão da fronteira agrícola.
- (D) cidades médias que apresentam decrescimento demográfico.
- (E) metrópoles nacionais que inibem a segregação socioespacial.

30

O texto a seguir aborda a questão da sustentabilidade energética no Brasil.

As projeções de consumo e oferta de energia para 2030, elaboradas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apontam continuidade do perfil da matriz energética brasileira, com maior grau de dependência de combustíveis fósseis, altamente dependente do petróleo. As novas hidrelétricas e outras fontes renováveis, como a eólica e a geração termelétrica com o bagaço da cana, são os elementos que indicam a possibilidade de fontes renováveis na área de geração elétrica. [...] O primeiro aerogerador a entrar em operação comercial no país foi instalado em Fernando de Noronha, em 1992. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, virtuosamente a participação de fontes eólicas nos últimos anos tem ganhado espaço junto à matriz elétrica nacional.

IPEA. Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Ipea. **Comunicados Ipea**, fev. 2011, p. 1-7. Adaptado. DINIZ, T. Expansão da indústria de geração eólica no Brasil: uma análise à luz da nova economia das instituições. Brasília: Ipea. **Planejamento e políticas públicas**, n. 50, jan.-jun. 2018. p. 234. Adaptado.

A maior capacidade instalada para a geração de energia eólica do país está concentrada na seguinte região:

- (A) Norte, com financiamento do BNDES
- (B) Centro-Oeste, com supervisão da ANEEL
- (C) Sul, com contratação de usinas em leilões
- (D) Sudeste, com intervenção da Eletrobras
- (E) Nordeste, com participação pública e privada

RASCUNHO

RASCUNHO

Perfil III - Planejamento, Pesquisa e Avaliação de Políticas Públicas e da Gestão Governamental
Especialidade: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

Classicamente é possível, de forma geral, definir os tipos de pesquisa científica, considerando três categorias. Associe as categorias às suas características específicas apresentadas a seguir.

- | | |
|---|--------------------------------------|
| I – Pesquisa descritiva | P – Testa hipótese de descrição |
| II – Pesquisa de associação sem interferência entre as variáveis | Q – Testa hipótese de associação |
| III – Pesquisa de associação com interferência entre as variáveis | R – Testa hipótese de causa e efeito |
| | S – Não apresenta hipótese |

A associação correta é:

- (A) I – P , II – Q , III – S
 (B) I – Q , II – R , III – S
 (C) I – R , II – P , III – Q
 (D) I – S , II – P , III – Q
 (E) I – S , II – Q , III – R

2

Considere o fragmento de texto a seguir.

Formular uma definição aceitável de ciência empírica é tarefa que encerra dificuldades. Algumas dessas dificuldades decorrem do fato de que devem existir muitos sistemas teóricos cuja estrutura lógica é similar à estrutura lógica do sistema aceito, em um particular instante da História como sistema de ciência empírica. Esse fato é descrito, algumas vezes, afirmando-se que há grande número – presumivelmente infinito – de mundos logicamente possíveis.

POPPER, Karl R. – **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução: Leônidas Hegenberg; Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1974, p.40. Adaptado.

O sistema que se denomina no texto de ciência empírica é o de

- (A) experiência metafísica
 (B) realidade subjetiva
 (C) transitoriedade
 (D) paralaxe cognitivo
 (E) realidade objetiva

3

Segundo o pensador Karl Popper, um sistema teórico pode ser dito “axiomatizado” quando um conjunto de enunciados, os axiomas, tiver sido formulado de tal forma que satisfaça a requisitos fundamentais.

Sendo assim, para que um sistema teórico seja axiomatizado, ele, necessariamente, deve

- (A) permitir dedução mútua entre axiomas integrantes.
 (B) permitir a dedução da maioria dos enunciados da teoria.
 (C) incluir pressupostos prescindíveis, visando expansão da teoria.
 (D) conter mútua contradição de maneira a permitir auto-avaliação.
 (E) descartar qualquer axioma deduzível dos demais axiomas.

4

Considere o fragmento de texto abaixo.

Em algum momento entre 1740 e 1780, os eletricitistas tornaram-se capazes de, pela primeira vez, dar por estabelecidos os fundamentos de seu campo de estudo. Daí para a frente orientaram-se para problemas mais recônditos e concretos e passaram cada vez mais a relatar os resultados de seus trabalhos em artigos endereçados a outros eletricitistas, ao invés de em livros endereçados ao mundo instruído em geral.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1997, p.42.

O trecho foi extraído da obra de Thomas Kuhn e destaca, no contexto das ciências puras e aplicadas, um dos fundamentos mais importantes no campo da metodologia científica moderna.

O conceito metodológico-científico a que se refere o texto é o de

- (A) anormalidade
 (B) paradigma
 (C) similaridade
 (D) anisotropia
 (E) pragmatismo

RASCUNHO

5

Considere o texto sobre a produtividade da economia brasileira.

Independentemente da forma como se meça, de qual indicador ou nível de agregação se utilize ou ainda, a qual país se compare, a produtividade brasileira teve um desempenho muito fraco nas últimas décadas. Desde o final dos anos 1970, a produtividade brasileira não cresce de forma substantiva e sustentada. Nos anos 2000, foi possível perceber uma tendência de crescimento da produtividade até 2008, especialmente na produtividade total dos fatores. Todavia, esse crescimento foi muito tênue se observado o cenário de longo prazo, pois não foi suficiente para reverter a forte queda dos anos 1980. Se levarmos em conta, ainda, o aumento de capital humano observado nos últimos vinte anos, percebe-se que quase todo o ganho de produtividade se deveu a esse fator.

NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. Os dilemas e desafios da produtividade no Brasil. In: _____ (org.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília, DF: Ipea, 2014, p. 47. Adaptado.

Responsável pelo ganho de produtividade da economia brasileira contemporânea, o fator capital humano é mediado diretamente por meio de

- (A) elevação do volume de crédito
- (B) ampliação da escala de produção
- (C) melhoria do ambiente de negócios
- (D) incorporação de tecnologia à produção
- (E) aumento da escolaridade dos trabalhadores

6

Considere o texto sobre a questão regional no Brasil.

O debate sobre as desigualdades regionais no Brasil, prevalente na década de 1990, estabeleceu-se de modo muito pessimista em função das expectativas negativas que se tinha acerca dos prováveis efeitos do forte movimento de abertura comercial, financeira e produtiva que se implementou no período, marcado pelo baixo crescimento econômico, elevado desemprego e fraca atuação governamental. No setor industrial, as periferias avançaram firmemente, se tornando regiões de atração para empreendimentos que passaram por forte reestruturação de custos na região “central”, em prol da desconcentração produtiva.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. In: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n.9, 2014, p. 68. Adaptado.

O relativo avanço produtivo nas regiões periféricas, nesse período, é explicado pelo seguinte fator:

- (A) o enfraquecimento do setor terciário no Sudeste
- (B) o fortalecimento do setor terciário no Centro-Oeste
- (C) os ganhos da agropecuária no Norte
- (D) os ganhos do setor agropecuário no Nordeste
- (E) os incentivos fiscais das políticas regionais e estaduais

7

Considere o texto sobre mudanças climáticas e seus efeitos socioeconômicos.

Projeções de clima futuro mostram um clima mais quente em toda a América do Sul até finais do século XXI. Os máximos de aquecimento localizam-se nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, em todas as estações do ano, e estendem-se para as regiões Nordeste e Sudeste. Com relação à precipitação, as projeções indicam um clima mais seco no verão no Leste da Amazônia, no Nordeste e no Norte, e aumentos nos extremos da precipitação nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Há projeções de aumento na frequência de períodos secos no Nordeste e no Norte. A população mundial e a do Brasil, em especial, concentram-se cada vez mais em centros urbanos. As atividades humanas que emitem gases de efeito estufa o fazem para atender às demandas dessa população, estejam essas atividades sendo realizadas dentro ou fora das cidades. O planejamento urbano e a gestão das cidades têm, e terão cada vez mais, uma grande interferência nos cenários futuros de mudança climática, por influenciar direta e indiretamente as fontes de emissão de gases de efeito estufa.

KLUG, L.; MARENGO, J.; LUEDEMANN, G. Mudanças climáticas e os desafios brasileiros para implementação da nova agenda urbana. In: COSTA, M. (org.). **O Estatuto da Cidade e o Habitat III**. Brasília, DF: Ipea, 2016, p. 308. Adaptado.

Nesse contexto, o planejamento urbano integrado que visa mitigar os efeitos das mudanças climáticas deve incorporar o objetivo de

- (A) instalar redes elétricas inteligentes que impulsionem fontes renováveis, como a fotovoltaica e a eólica.
- (B) implantar programa voluntário de eficiência energética que proíba o uso de energia elétrica em edificações.
- (C) incentivar conforto ambiental e arquitetura sustentável que reduzam o uso de fotocélulas e a carga da iluminação natural.
- (D) promover a geração de créditos compensatórios e o vazamento de emissões que deixam de ocorrer em dado local.
- (E) priorizar investimentos em infraestruturas urbanas que substituam trens de alta velocidade por voos de curta duração.

RASCUNHO



8

Considere o texto sobre a economia brasileira.

Até 1990, a economia brasileira estava altamente protegida por várias barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, e a política industrial era intervencionista, com grande variedade de incentivos, subsídios ao crédito e controle de preços. Um novo período de expansão se iniciou em 1993, marcado por uma liberalização. A principal preocupação de política econômica era a inflação. De uma taxa estável de 100% a.a. no início dos anos 1980, a inflação acelerou na maior parte da década, atingindo um pico de 2.574% a.a., em 1990. As medidas de política e a recessão reduziram a taxa um pouco em 1991 e 1992, mas a inflação acelerou novamente em 1993 e 1994. A resposta de política econômica incluiu pelo menos cinco planos distintos, procurando conter a inflação com um misto de controle de preços — ou congelamento — e tentativas de interromper a indexação.

HAY, D. A liberalização comercial brasileira após 1990 e o desempenho das grandes empresas industriais. *In*: IPEA. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 30, n. 2, ago. 2000, p.185. Adaptado.

Nesse contexto, nos anos 1990, o plano que, com efeito, controlou a inflação nacional, reduzindo-a ao nível de 10%, foi o

- (A) Plano Verão, no estágio de recessão do ciclo
- (B) Plano Bresser, no estágio de recessão do ciclo
- (C) Plano Real, no estágio de recuperação do ciclo
- (D) Plano Collor, no estágio de recuperação do ciclo
- (E) Plano Cruzado, no estágio de recuperação do ciclo

9

Considere o texto sobre o agronegócio no Brasil.

Particularmente para o Brasil, as exportações do agronegócio são muito importantes para o saldo comercial da economia como um todo. No início dos anos 1990, o volume das exportações do agronegócio brasileiro era baixo, pois a maior parte da produção do setor atendia ao mercado interno. A partir desse período, porção crescente dos produtos da agropecuária passou a ser intensificada no Centro-Oeste, configurando, ao mesmo tempo, a interiorização do crescimento e o direcionamento ao comércio exterior. Políticas de ajuste macroeconômico, bem como o controle do processo inflacionário, influenciaram diretamente nesse processo, juntamente com os avanços tecnológicos e as políticas públicas direcionadas ao setor. O saldo do comércio internacional do agronegócio passou de US\$ 10 bilhões, em 1990, para US\$ 142 bilhões, em 2022, o equivalente a uma taxa anual de crescimento de 8,6%.

FERREIRA, Z.; VIEIRA FILHO, J. Competitividade internacional do agronegócio. *In*: VIEIRA FILHO, E.; GASQUEs, J. (org.). **Agropecuária Brasileira: evolução, resiliência e oportunidades**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2023, p. 71. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à relevância da participação do agronegócio brasileiro no comércio internacional, registra-se o seguinte comportamento:

- (A) na década de 2020, o Brasil sustenta a liderança mundial das exportações de algodão.
- (B) na década de 2020, a República Popular da China é o maior comprador de produtos brasileiros.
- (C) na atualidade, Brasil e Argentina lideram conjuntamente as exportações de carne bovina para a Europa.
- (D) a partir de 2020, os produtos brasileiros assumem o protagonismo nas importações europeias.
- (E) atualmente, o Brasil ultrapassa os Estados Unidos e o Canadá na exportação de cereais, especialmente de milho.

10

Considere o texto referente à comunidade LGBT.

A Constituição Federal elenca em seu artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-para-conhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade,

- (A) a adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- (B) a homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- (C) o Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- (D) o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- (E) as presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.

11

Considere o texto sobre a desindustrialização no Brasil.

A indústria de transformação é o setor econômico capaz de afetar as estruturas da sociedade tipicamente capitalista, promovendo diversificação, progresso técnico e aumento das bases de arrecadação do Estado. Destarte, desde o início dos anos 2000, o debate sobre a desindustrialização no Brasil tem motivado discussões para a compreensão das relações entre as dinâmicas do investimento, produção e comércio exterior no país. Considerando aspectos históricos e estruturais, a desindustrialização brasileira pode ser compreendida como a desarticulação do sistema econômico nacional que foi erigido no período de industrialização por substituição de importações. Essa desarticulação tem enfraquecido as conexões comerciais e produtivas entre os distintos compartimentos industriais, que conectavam distintas porções territoriais do país, levando a um esgarçamento do tecido produtivo. O agravamento da desindustrialização tem incorrido em destruição do parque produtivo nacional, que se manifesta por meio da redução da produção, bem como da aceleração da reprimarização da pauta exportadora.

SAMPAIO, D. Desindustrialização e a política nacional de desenvolvimento regional no Brasil: breves notas. *In*: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n. 17, jul.-dez. 2017, p.30. Adaptado.

Nesse contexto, uma decorrência do processo de desindustrialização é caracterizada pela situação econômica de

- (A) fortalecimento da inserção comercial externa, com expansão progressiva de arrecadação da receita pública
- (B) redução do *gap* tecnológico, com eficácia de políticas econômicas regionais de ciência e tecnologia
- (C) desarticulação das cadeias produtivas, com substituição do produto final pelo importado
- (D) enfraquecimento do setor externo como motor do crescimento, com exportações baseadas em recursos naturais
- (E) reequilíbrio da demanda intrassetorial, com redução da capacidade de geração de emprego e renda

12

Considere o texto sobre desigualdade e gênero.

A perspectiva dos cursos de vida se concentra em explicar como alguns eventos da vida social, como formação e dissolução familiar (casamento, filhos, separação, recasamentos, viuvez), idade, aquisição de maiores níveis de escolaridade, podem afetar o uso do tempo em trabalho doméstico e cuidados não remunerados. Essa perspectiva inclui diferentes aspectos dos eventos que a compõem, como o tipo de casamento (se entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, se formal ou não), a duração de uniões conjugais, a idade e o número de filhos, entre outros. Tais eventos da vida familiar interagem com outros fatores, como a atividade econômica, o contexto social, político e econômico e as normas vigentes de gênero, que, em alguns casos, incluem comportamentos compensatórios para neutralização de desvios de gênero. Assim, além do curso de vida, outros fatores, tais como a disponibilidade de tempo, os recursos relativos — teoria da barganha —, além das normas e valores de gênero, condicionam as desigualdades entre homens e mulheres.

PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; COSTA, J.; BARBOSA, A. **Gênero é o que importa**: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 9. (Texto para Discussão, n. 2920). Adaptado.

No Brasil, considerando o mundo do trabalho doméstico em relação à variável de gênero, verifica-se que

- (A) o impacto das crianças na jornada reprodutiva das mulheres é maior do que na dos homens.
- (B) o cuidado com idosos aumenta igualmente a carga de trabalho reprodutivo de homens e mulheres.
- (C) a posição no curso de vida tem um efeito muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre os homens.
- (D) as mulheres responsáveis pela maior parte da renda do casal têm menor carga de trabalho doméstico.
- (E) as meninas e os meninos gastam tempo equivalente em trabalho doméstico não remunerado.

RASCUNHO



13

Considere o texto sobre a dinâmica demográfica brasileira.

A composição de uma população em seus elementos básicos, como sexo e idade, está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como mercado de trabalho e mercado consumidor. Nesse sentido, os padrões de produção e consumo relacionam-se à existência de um número maior ou menor de homens e de mulheres, assim como à preponderância relativa de crianças, jovens adultos ou idosos. Por outro lado, a transição demográfica é um processo social e, portanto, não se trata de uma simples combinação de variáveis demográficas. A dinâmica demográfica é marcada por processos inerciais, que demandam décadas entre o início e a identificação dos efeitos das mudanças na composição populacional. Assim, as características estruturais da população brasileira atual resultam de processos sociais e demográficos que ocorreram ao longo dos últimos cem anos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018, p. 7. (Texto para Discussão, n. 2415)

Nessa recente dinâmica demográfica do Brasil, verifica-se a seguinte situação:

- (A) há o aumento da população em termos absolutos, com igual proporção da taxa de crescimento.
- (B) está em curso a fase de finalização da transição demográfica, com declínio da fecundidade.
- (C) transcorre a finalização da transição demográfica, com a alta da natalidade associada à urbanização.
- (D) aproxima-se a finalização da transição demográfica, com aumento da mortalidade e ganho de expectativa de vida.
- (E) define-se o início da transição demográfica, com a queda da mortalidade devido à melhoria das condições de vida da população.

14

A Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia) é utilizada como medida direta da percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar. A Ebia classifica os domicílios em quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada ou Insegurança Alimentar Grave.

- Segurança alimentar: os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente;
- Insegurança alimentar leve: apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada;
- Insegurança alimentar moderada: apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos;
- Insegurança alimentar grave: são caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome.

BRASIL. Ministério da Saúde. Insegurança Alimentar e Nutricional. **Glossário Saúde Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 29 dez. 2023. Adaptado.

Considerando-se as informações acima, verifica-se que a(o)

- (A) pobreza e a vulnerabilidade social são fatores de risco para uma alimentação não saudável, de maneira que as formas sociais em que se organiza a produção dos alimentos e as condições econômicas nas quais se dá o acesso a eles não concorrem para o comprometimento da qualidade e para a redução da quantidade de alimentos em cada família.
- (B) segurança alimentar é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais, o que significa compreendê-la como um dos elementos articuladores das políticas públicas em diferentes campos de intervenção do Estado, como o agrícola, a saúde, a educação e o trabalho.
- (C) traumática experiência da Primeira Guerra Mundial na Europa tornou ainda mais evidente que a soberania política dependia da capacidade de cada país de garantir sua autossuficiência de produção de alimentos, de maneira que a mensuração da insegurança alimentar só é viável em momentos de crises agudas, como guerras, por exemplo.
- (D) direito à alimentação e à proteção contra fome, apesar de ser um direito justo, não figura entre os direitos humanos descritos no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o que impossibilita a formulação de políticas públicas específicas para o enfrentamento da insegurança alimentar.
- (E) conceito de segurança ou insegurança alimentar refere-se à garantia do direito de todos ao acesso a alimentos, sendo variáveis como quantidade e qualidade irrelevantes para a composição da Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia).

15

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim – assinada em 1995 pelos 189 países presentes na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, inclusive o Brasil – constituiu-se em um dos instrumentos internacionais mais relevantes no campo dos direitos das mulheres. Entre os doze temas prioritários de trabalho cobertos pelo documento, estão os “mecanismos institucionais para o avanço das mulheres”, cuja existência nas estruturas governamentais é entendida como necessária para que os compromissos setoriais da conferência sejam transversalmente endereçados.

TOKARSI, C. P. *et al.* De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. In: GOMIDE, A. de A.; SILVA, M. M. de Sá; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)** – Brasília, DF: Ipea; INCT/PPED, 2023, p. 323.

Entre as contribuições da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres está a(o)

- (A) expressão “violência contra a mulher”, que se refere a quaisquer atos de violência – física, sexual e psicológica – que tenham por base motivacional o gênero, isto é, casos em que as mulheres, protegidas pela legislação vigente, utilizem os poderes instituídos como instrumento de constrangimento e opressão aos homens.
- (B) ideia de empoderamento feminino, que reconhece que a mulher pode e deve delegar o controle sobre o seu próprio desenvolvimento ao outro, sendo função do representante do poder patriarcal (pai, marido ou, na ausência desses, o Estado) criar e defender as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.
- (C) noção de transversalidade, a qual busca assegurar que se considere, antes que decisões a respeito sejam tomadas, as suas consequências, respectivamente para a mulher e o homem, no processo de formulação, execução e avaliação de políticas nos mais diversos setores, de maneira que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as iniciativas governamentais nas esferas de atuação do Estado.
- (D) conceito de ideologia de gênero, a noção que sustenta que a dissolução da moral sexual convencional implica a desordem social, o fim da família, e representa uma ameaça às liberdades individuais, como a liberdade de crença e a liberdade de expressão.
- (E) princípio da inimizabilidade do pai ou marido no caso de violência doméstica contra a mulher, uma vez que se reconhece sua autoridade e liderança nas questões íntimas que dizem respeito exclusivamente à organização e à constituição familiar.

16

O Atlas da Violência é um documento que busca retratar a violência no Brasil principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ambos do Ministério da Saúde. Os dados referentes ao ano de 2021 e divulgados em 2023 mostram que

na contramão da diminuição de homicídios no país, em se tratando dos grupos sociais politicamente minoritários, o período recente foi marcado pelo recrudescimento da violência letal contra negros, indígenas e mulheres. [...] Entre 2012 e 2021, a taxa de homicídios de mulheres mortas dentro da residência cresceu 4,72%, ao passo que a taxa de mulheres vítimas de homicídio fora da residência teve queda de 31,1%. [...] Por fim, é importante salientar o recrudescimento recente da desigualdade na letalidade entre mulheres negras e não negras. A taxa de mortalidade por homicídio de mulheres negras foi de 4,3 por 100 mil mulheres negras, e a taxa entre não negras foi de 2,4 por 100 mil, ou seja, mulheres negras morrem 1,8 vezes mais do que as não negras por homicídio. Entre 2020 e 2021, enquanto a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu 0,5%, entre as mulheres não negras houve redução de 2,8%.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023, p. 4; 9-10. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Sumário Executivo. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12614/1/Livro_RI_Atlas_da_Violencia_2023_sumario_executivo.pdf. Acesso em: 29 dez.2023. Adaptado.

A partir dos dados do texto, observa-se que a(o)

- (A) violência generalizada, no Brasil, é um problema endêmico, que vitimiza de forma equivalente vários setores da sociedade, de forma que homens e mulheres, negros e não negros, sistematicamente padecem de seus efeitos.
- (B) violência de gênero segue sendo um grande problema no país, ainda que os assassinatos de mulheres ocorridos em suas residências, isto é, perpetrados, em sua maioria, por companheiros ou familiares, tenha decrescido de forma significativa nos últimos anos.
- (C) democracia racial, isto é, o estado de plena igualdade entre as pessoas, independentemente de raça, cor ou etnia, fica evidenciada nos dados do texto, na medida em que não se vê um viés de raça no aumento da vitimização de pessoas no Brasil.
- (D) diminuição de homicídios no país teve efeitos nos grupos sociais politicamente minoritários, que se beneficiaram, no período recente, pela queda da violência letal contra negros, indígenas e mulheres.
- (E) risco aumentado de pessoas negras, se comparado a pessoas não negras, sofrerem violência, relaciona-se com o processo histórico brasileiro, que, marcado pelo colonialismo e a escravidão, concorreu para a deletéria naturalização da exclusão social, da discriminação e da subalternidade dos negros na sociedade em nosso país.

17

A democracia está intimamente relacionada à ideia de soberania popular e de autogoverno e, por conseguinte, de que todos participem da produção das leis que regerão a comunidade, diretamente ou através de seus representantes. A democracia, contudo, não se reduz ao princípio majoritário. Para que se tenha verdadeiramente uma democracia, não basta assegurar a prevalência da vontade de determinada maioria. É preciso assegurar, igualmente, que o conjunto mais amplo de pessoas possa participar do processo de formação de tal vontade majoritária. Nessa medida, o respeito a direitos fundamentais constitui uma pré-condição para a própria existência do processo democrático. Onde não há direitos políticos iguais para todos os cidadãos, livre circulação da informação ou liberdade de expressão, não haverá democracia, ainda que se respeite um processo de deliberação majoritária.

MELLO, P. Proteção à vulnerabilidade na jurisprudência do supremo tribunal federal: a defesa da população LGBTI+. *Revista da AGU*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 21, jan.-mar. 2020. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2631>. Acesso em: 27 dez. 2023. Adaptado.

Considerando-se a proteção dos direitos de grupos minoritários e vulneráveis, e em consonância com as ideias expostas acima, a relação entre democracia e vulnerabilidade

- (A) supõe a viabilização de políticas públicas de proteção a grupos vulneráveis, as quais devem desconsiderar como critérios válidos a identidade de gênero, etnia, raça ou cor, no momento de sua implantação.
- (B) reitera que a vulnerabilidade, em maior ou menor grau, é uma condição presente em todas as pessoas, sendo, portanto, falsa a premissa de que, em regimes democráticos, existam grupos de pessoas que ostentem uma condição de maior debilidade ou de menor capacidade de autodefesa diante de determinadas violências.
- (C) implica respeito e reconhecimento à existência de grupos vulneráveis, isto é, pessoas que, de modo geral, têm maior dificuldade de se fazer representar nas instâncias de decisão política.
- (D) baseia-se no conceito de minoria enquanto grupo numericamente inferior de pessoas que possuem uma identidade distinta daquela que é tida como a identidade dominante, de forma que os negros não se encaixariam naquilo que em geral se entende por minorias vulnerabilizadas.
- (E) reduz-se, de toda forma, ao princípio majoritário, isto é, para que se tenha verdadeiramente uma democracia, basta assegurar a prevalência da vontade de determinada maioria, de forma que a proteção de grupos minoritários esteja necessariamente a ela submetida.

18

As Américas Central e do Sul estão altamente expostas, vulneráveis e fortemente afetadas pelas alterações climáticas, uma situação amplificada pela desigualdade, pobreza, crescimento populacional e elevada densidade populacional, alterações no uso dos solos, especialmente desflorestamento com a consequente perda de biodiversidade, degradação do solo e alta dependência das economias nacionais e locais dos recursos naturais para a produção de *commodities*.

CASTELLANOS, E. J. *et al.* 2022: Central and South America. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas.

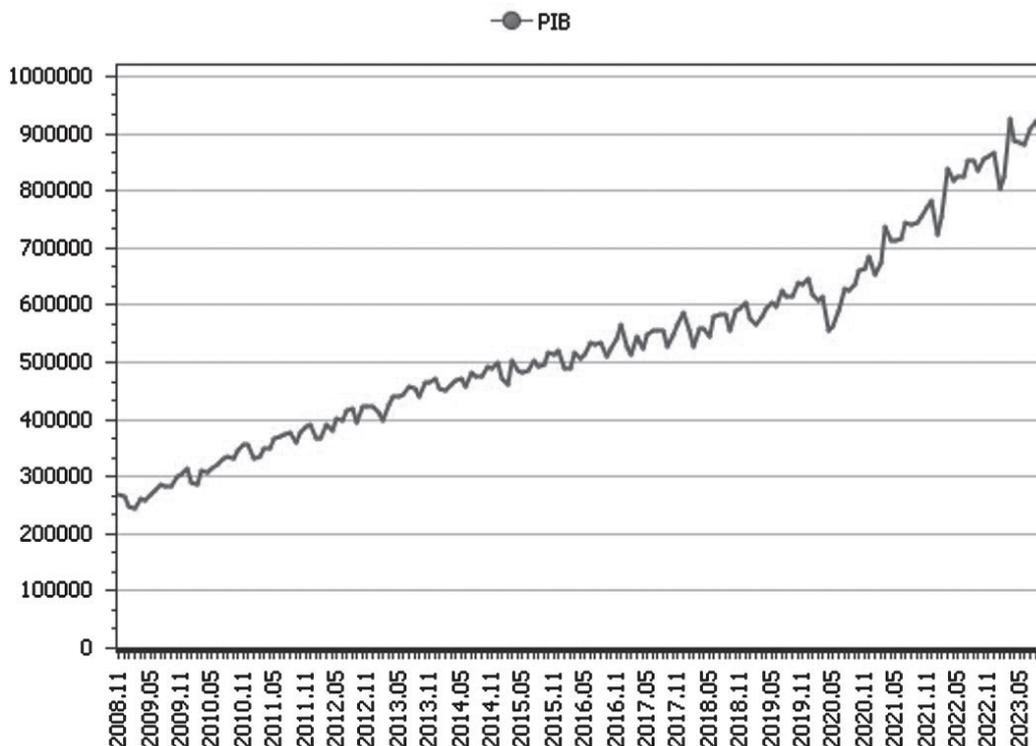
Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/outreach/IPCC_AR6_WGII_FactSheet_CentralSouthAmerica.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023. (tradução nossa). Adaptado.

No que diz respeito às implicações e às consequências socioeconômicas das mudanças climáticas no Brasil, para o caso de uma inobservância de políticas públicas ambientais urgentes e eficazes, alerta-se para os(as)

- (A) danos que ocorrerão à vida e à infraestrutura do país, causando impactos irreparáveis à habitação, já precária, de milhares de brasileiros, devido a inundações, deslizamentos de terra, aumento do nível do mar, tempestades, ondas e erosão costeira.
- (B) efeitos das alterações climáticas que serão setoriais e não sistêmicos, pois grande parte da economia brasileira não está associada ao uso dos recursos naturais, nem tem relação com o meio ambiente.
- (C) impactos socioeconômicos causados pela alteração do clima, ainda que sejam mínimos, pois o país em pouco ou nada contribui para a mudança climática, priorizando fontes de energia renováveis em detrimento do uso de combustíveis fósseis.
- (D) prejuízos provocados pelo desmatamento florestal, devendo-se incentivar práticas não sustentáveis de produção agrícola e industrial para diminuir os efeitos mais drásticos das alterações climáticas, em especial nas populações mais vulnerabilizadas.
- (E) mudanças de comportamentos individuais, adotadas por meio do manejo singular de recursos materiais e simbólicos de forma voluntária e resolutiva, de modo a torná-los suficientes para dirimirem os efeitos da mudança climática, independentemente das políticas públicas dirigidas pelo Estado.

19

O site do Ipeadata traz dados sobre a evolução da estimativa mensal do PIB do Brasil realizada pelo Bacen. A Figura a seguir mostra um extrato dessa série.



Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=521274780&module=M>. Acesso em: 17 dez. 2023. Adaptado.

Um pesquisador deseja modelar essa série, a partir de um modelo ARMA(p,q).

Esse modelo

- (A) é adequado para a modelagem da série, tendo em vista que a série é estacionária.
 (B) é adequado para a modelagem da série, tendo em vista que a série é cointegrada.
 (C) só deve ser utilizado após torná-la estacionária, o que pode ser feito, por exemplo, diferenciando-se a série uma ou mais vezes.
 (D) só deve ser utilizado caso se tenha descartada a existência de uma raiz unitária, já que séries com raiz unitária não se tornam estacionárias mediante diferenciação, devendo ser modeladas por modelos integrados, como o ARIMA(p,d,q).
 (E) não é adequado, pois a série possui forte componente sazonal, e o modelo ARMA não consegue lidar com sazonalidade.

20

Um analista de planejamento utilizou um modelo ARMA(1,1) para estimar a safra de grãos (w) anual para determinada cidade no interior do Mato Grosso do Sul. O modelo usado é escrito da seguinte forma:

$$w_t = \alpha w_{t-1} + \beta e_{t-1} + e_t,$$

em que e_t é um ruído branco com média zero e variância σ^2 .

Desse modo, esse modelo é estacionário de segunda ordem se, e somente se,

- (A) $|\alpha| > 1$ e $|\beta| > 1$
 (B) $|\alpha| > 1$ e $|\beta| < 1$
 (C) $|\alpha| < 1$ e $|\beta| > 1$
 (D) $|\alpha| < 1$ e $|\beta| < 1$
 (E) não depender de α e β

21

Um analista de planejamento está estudando a evolução dos preços de vendas de imóveis. Dessa forma, ajustou aos dados um modelo de séries temporais de modo a prever os preços de venda para os próximos anos. Nesse modelo, observou-se que sua Função de Autocorrelação tinha valores significativos até a segunda defasagem e que a Função de Autocorrelação Parcial tinha um decaimento exponencial.

Com base nessas informações, identifica-se que o modelo ajustado pelo analista foi o de

- (A) MA(1)
 (B) MA(2)
 (C) AR(1)
 (D) AR(2)
 (E) ARMA(1,1)

22

Um economista analisou duas séries mensais que tratavam, respectivamente, do preço do combustível de aviação (y_t) e do número de passageiros do transporte aéreo (x_t), no período de 1980 a 2019, estabelecendo o seguinte modelo de regressão:

$$y_t = \beta_0 + \beta_1 x_t + e_t,$$

em que e_t é o erro. No entanto, observou-se que as variáveis y_t e x_t não eram estacionárias e não eram cointegradas.

A estratégia a ser empregada para se tentar resolver esse problema é

- (A) usar regressão dos mínimos quadrados ordinários.
- (B) usar regressão por mínimos quadrados generalizados.
- (C) usar um modelo de correção.
- (D) integrar as duas séries e tentar estimar o modelo, usando as séries integradas.
- (E) tratar o problema como uma regressão espúria.

23

Um biólogo estuda a distribuição de animais de uma determinada espécie. Ele verifica que, se divide a região estudada em quadrados disjuntos de 100 m de lado, o número de animais por quadrado é descrito por uma variável aleatória X . Assim, dado um quadrado na região e um inteiro não negativo n , a probabilidade de que haja exatamente n animais da espécie estudada no quadrado

é dada pela fórmula $\text{Prob}(X = n) = \frac{n}{2^{(n+1)}}$.

Quanto vale o valor esperado $E(X)$, ou seja, qual é o número médio de animais da espécie estudada por quadrado de lado 100m?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 6
- (E) 12

24

Um cientista mediu uma grandeza y para tempos $t = 0, 1, 2, 3$, obtendo os seguintes valores:

$$y(0) \cong 1,2, y(1) \cong 1,4, y(2) \cong 1,8, y(3) \cong 2,0.$$

Usando mínimos quadrados, o cientista obtém a função afim $y = at+b$ que melhor aproxima suas medidas.

Usando essa função, que valor de y ele prevê para $t=4$?

- (A) 2,20
- (B) 2,26
- (C) 2,30
- (D) 2,34
- (E) 2,40

25

Uma forma de analisar os gastos domiciliares em saúde e suas relações com o envelhecimento da população é estimar um modelo Tobit, considerando variáveis explicativas, tais como a idade e o sexo da pessoa de referência da família, o tamanho da família, a presença de idosos no domicílio, dentre outras.

Nesse caso, a justificativa para o uso do modelo Tobit decorreria do fato de ele

- (A) usar apenas a informação de gastos domiciliares em saúde positivos e gerar estimativas consistentes para os parâmetros.
- (B) ter como proposta estimar relações com variáveis dependentes truncadas.
- (C) ter coeficientes estimados que indicam os efeitos de mudanças das variáveis explicativas sobre a média esperada dos gastos em saúde.
- (D) ser capaz de gerar valores previstos positivos dos gastos em saúde, ou seja, $E(\text{gastos em saúde} | \text{variáveis explicativas}) > 0$.
- (E) gerar uma estimativa consistente e que não depende da hipótese de normalidade.

26

Considerando-se uma variável dependente binária, igual a 1 se a família é pobre e igual a 0 se a família é não pobre, define-se um modelo linear que contém variáveis, agrupadas em X , que caracterizam a família e a sua pessoa de referência, tal que:

$$E(Y|X) = P(Y=1|X) = X\beta + \varepsilon$$

Nesse contexto, conclui-se o seguinte:

- (A) se esse modelo for estimado por Mínimos Quadrados Ordinários, Modelo de Probabilidade Linear, não serão gerados estimadores consistentes para os β , pois apenas valores de $Y = 1$ são considerados.
- (B) se o termo de erro tem distribuição normal padrão, pode-se estimar o modelo por Mínimos Quadrados Ordinários, MQO, e fazer inferência clássica da forma usual está correto.
- (C) como a $\text{Var}(Y|X)$ é constante, o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários, MQO, é o melhor estimador linear não viesado.
- (D) o modelo pode ser estimado por Mínimos Quadrados Ponderados, e os pesos utilizados devem ser positivos.
- (E) a estimação robusta à heterocedasticidade não pode ser usada, pois não garante que a probabilidade estará entre zero e 1.

RASCUNHO

27

Para fenômenos cujo resultado é um indicativo da ocorrência ou não de um fato ou escolha, utiliza-se a modelagem de variáveis discretas. Um exemplo é o estudo da participação ou não da mulher no mercado de trabalho. A variável dependente a ser modelada é derivada de um processo de escolha, realizada com base na comparação das opções disponíveis, em que o indivíduo escolhe a opção com maior utilidade/benefício. O modelo é construído a partir de uma variável auxiliar chamada latente y^* . A variável y^* não é observada e reflete esta utilidade/benefício, definindo o processo de escolha. Se temos uma escolha y binária

$$y = 1 \text{ se } y^* > 0$$

$$y = 0 \text{ se } y^* \leq 0,$$

a variável latente é escrita como:

$$y^* = x'\beta + \varepsilon,$$

onde x e β são vetores de variáveis explicativas e de parâmetros, respectivamente, e ε é o termo de erro não observado.

Dessa forma, conclui-se que

- (A) a forma funcional de ε mais recomendável quando a amostra de dados possui valores extremos é a da distribuição normal padrão, ou seja, o modelo Probit é mais adequado.
- (B) o modelo utilizado sendo Probit, tem-se que $\Pr(y = 1|x) = \Theta(x'\beta + \varepsilon)$, onde Θ é a função de distribuição acumulada de uma Normal Padrão.
- (C) o método de estimação empregado para a análise da $\Pr(y = 1|x)$ sempre deverá ser o de máxima verossimilhança.
- (D) os parâmetros β representam os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a probabilidade de $y = 1$.
- (E) os efeitos marginais sobre a $\Pr(y = 1|x)$ são obtidos diretamente a partir dos β estimados do modelo de probabilidade linear.

28

Em estudos sobre os diferenciais de salários entre homens e mulheres, há uma preocupação em entender o efeito do tempo dedicado aos afazeres domésticos (T_d). Sabe-se que as mulheres dedicam a maior parte da sua jornada para essas atividades, dedicação maior do que a dos homens, e isso impacta no esforço dedicado ao trabalho.

Uma forma de calcular esse efeito é usar um banco de dados dos trabalhadores em painel balanceado e especificar a seguinte equação a ser estimada para homens e mulheres, separadamente:

$$\ln W_{it} = X_{it}\beta + T_{d,it}\delta + \varepsilon_{it}$$

Nessa equação, $\ln W_{it}$ é o logaritmo neperiano do salário-hora do trabalhador i no tempo t , X_{it} é uma matriz de variáveis explicativas observadas determinantes do salário, T_d é o tempo dedicado aos afazeres domésticos. β é o vetor de parâmetros associados a X e δ o parâmetro associado a T_d , ambos a serem estimados pelo modelo. ε_{it} é o termo de erro aleatório não observado.

Existem várias formas de estimar esse efeito, e, sobre elas, conclui-se o seguinte:

- (A) se o custo de oportunidade do tempo dedicado aos afazeres domésticos (T_d) é alto, para aqueles que têm maiores salários, tais como os homens, a estimativa por MQO – Mínimos Quadrados Ordinários – de δ indicará um efeito negativo menor de T_d sobre o salário.
- (B) como há um painel balanceado, quando se estima por efeitos fixos, consegue-se controlar todas as características não observadas dos trabalhadores e, consequentemente, gera-se uma estimativa consistente de δ .
- (C) uma condição suficiente para o método de VI – Variáveis Instrumentais – controlar para a endogeneidade da variável T_d e gerar um estimador consistente para δ é ter um conjunto de instrumentos exógenos.
- (D) quando a correlação entre T_d e o termo de erro aleatório ε_{it} decorre de um efeito fixo individual, denominado de a_i , pode-se estimar de forma significativa e consistente o parâmetro δ por efeitos fixos.
- (E) na estimação por efeitos fixos, eliminam-se da regressão todas as características individuais observadas que são invariantes no tempo.

RASCUNHO



29

Ao longo da primeira década do século XXI, verificou-se uma tentativa de retomada de políticas redistributivas com enfoque regional, com destaque para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), implementada entre 2004 e 2017. Essas políticas se conectam à operação dos diversos fundos constitucionais disponíveis para a promoção da redução das desigualdades regionais, mediante a aplicação de recursos de incentivos fiscais e de financiamentos em empreendimentos econômicos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na análise do papel dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional, observa-se o seguinte:

- (A) no período 2003-2015, há evidências de que a hipótese da desconcentração concentrada foi reforçada, privilegiando o polígono formado por aglomerações industriais das regiões Sudeste e Sul, com um número limitado de novas aglomerações industriais tendo surgido em territórios fora do polígono, evidenciando a importância limitada que assumiram os incentivos fiscais e recursos dos fundos constitucionais de financiamento (FCFs) na estratégia de realocação de plantas industriais.
- (B) na primeira década do século XXI, constata-se uma forte relação entre a operação dos fundos constitucionais e os postulados da PNDR, verificando-se mudanças importantes na aplicação desses fundos, com reorientação das operações na direção dos espaços menos dinâmicos das regiões contempladas.
- (C) para a formatação da tipologia territorial da primeira versão da PNDR e a definição de áreas prioritárias de ação, adotou-se a escala mesorregional, baseada no cruzamento das variáveis rendimento domiciliar médio e crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*, resultando na definição de quatro grupos de mesorregiões: de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda.
- (D) a região Sudeste, muito embora detenha a maior parcela dos recursos direcionados para a indústria, apresentou redução expressiva no total dos desembolsos nos períodos 2000-2004 e 2015-2018, sendo que as regiões Nordeste e Norte foram aquelas com maior aumento da participação na parcela daqueles desembolsos, enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste, apesar de resultados mais tímidos, também apresentaram ganhos na participação no mesmo período.
- (E) os Fundos Constitucionais possuem uma série de limitações: atendem apenas às áreas de abrangência da Sudam, Sudene e Sudeco, não atingindo outras áreas prioritárias da PNDR no País; não possuem mecanismos eficientes de seletividade setorial e de indução da localização dos investimentos; suas exigências, em termos de contrapartidas, são muito limitadas; não dispõem de recursos não reembolsáveis que possam atender a outras necessidades do desenvolvimento da região que não o financiamento das atividades produtivas.

30

As instituições financeiras estatais se justificariam como forma de preencher falhas ou lacunas deixadas pelo setor privado no que concerne ao atendimento às demandas de crédito de determinados segmentos econômicos, áreas geográficas e mesmo com relação ao provimento de certas modalidades de serviços financeiros. Especificamente no caso dos bancos públicos de desenvolvimento, essa importância é reforçada pela capacidade de esses bancos serem instrumentos de política pública.

No caso da atuação dos bancos públicos de desenvolvimento no Brasil, observa-se que

- (A) a consolidação da percepção de que a atuação dos bancos públicos de desenvolvimento, a partir do ano de 2000, deveria se restringir a condições específicas, particularmente aquelas relacionadas à adicionalidade ou subsidiariedade (complementação ao setor financeiro privado) em situações de falha de mercado, com atuação, sempre que possível, de curto prazo e com uma estratégia clara de saída.
- (B) a crise financeira internacional ocorrida no biênio 2007/2008 colocou em evidência como instituições financeiras públicas são importantes em momentos de crise de liquidez aguda, como no caso da atuação do BNDES, cujo nível de desembolsos se elevou para algo em torno de 3,5% do PIB no período 2008-2014.
- (C) a atuação se enquadra na terminologia proposta por Hicks, que caracteriza regimes macrofinanceiros definidos como “economia de endividamento” (ou com cobertura), principalmente em função da limitação da emissão de ações como alternativa de autofinanciamento das empresas.
- (D) as evidências justificam a tese de que o desenvolvimento do mercado de capitais não ocorreu no Brasil por causa dos bancos públicos, identificando-se mecanismos de *crowding-out* vinculados à concentração de poupanças em bancos públicos.
- (E) a Lei de Responsabilidade das Estatais, a alteração metodológica no cálculo da taxa de juros de longo prazo (da TJLP para a TLP), a liquidação antecipada de dívidas do BNDES e de contratos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil junto ao Tesouro Nacional, além de outras ações, resultam em uma queda contínua do crédito direcionado em relação ao PIB no período compreendido entre 2016 e 2022.

RASCUNHO

31

As regras fiscais são definidas como um mecanismo que introduz, por certo período (médio ou longo prazo), metas ou limites quantitativos para algumas das principais variáveis fiscais (dívida, resultado corrente, gasto, receita) de um país (ou de uma região). Essas regras são particularmente úteis para estimular uma conduta responsável nas contas públicas e, ainda que não criem restrições imediatas, são importantes para balizar expectativas favoráveis a respeito da sustentabilidade fiscal do país.

No que se refere à fundamentação teórica e às orientações para a implementação dessas regras, verifica-se que

- (A) os autores de tradição keynesiana argumentam que o impacto do endividamento como meio de financiamento de gastos do governo sobre gerações futuras é justificável, o que é compatível com as implicações advindas da validade da Equivalência Ricardiana, segundo a qual a expansão fiscal gera um impacto positivo sobre o conjunto da economia.
- (B) o Novo Regime Fiscal implementado entre 2016 e 2022 e, por tabela, o Teto de Gastos se enquadram como regra fiscal rígida que obedece ao padrão da pró-ciclicidade, especialmente por optar pela limitação das despesas discricionárias e das despesas obrigatórias do governo.
- (C) as regras fiscais de controle da dívida estabelecidas como tetos atrelados ao PIB nacional implicam pouca margem para absorção de impactos, em termos do crescimento da dívida pública, fazendo com que, nessa hipótese, ocorra um estímulo ao comportamento pró-cíclico em cenários de retração econômica.
- (D) as regras fiscais, no plano nacional, devem ser consistentes com outros marcos normativos mais amplos, como a “regra de ouro”, estabelecida no art. 167, inciso III da Constituição Federal de 1988, segundo a qual é vedada a realização de operações de crédito que excedam os gastos permanentes, como as despesas previdenciárias e de pessoal.
- (E) as evidências indicam que a experiência brasileira recente de implementação de um Teto de Gastos se aproxima da experiência de implementação de regras similares de diversos países, em termos de aspectos como a delimitação de um crescimento real das despesas em 0%, por um intervalo de tempo relativamente longo (20 anos, no caso brasileiro).

32

Nas últimas décadas, é possível observar uma sofisticação crescente do aparato institucional de instrumentos da Política de CT&I no caso brasileiro, apesar da permanência de alguns obstáculos à intensificação de esforços inovativos na direção de um efetivo *catching-up* tecnológico, dentre os quais está a(s)

- (A) relativa estagnação do volume da produção científica e tecnológica brasileira, quando se considera a evolução da participação do país no conjunto da produção científica e tecnológica no cenário internacional.
- (B) intensificação da concentração regional em termos da formação de competências, conforme evidenciado pela distribuição regional de centros de pós-graduação e instituições de CT&I, com reflexos na consequente formação de mestres e doutores.
- (C) inadequação das linhas de financiamento à inovação de maior risco por parte das principais agências de fomento (como FINEP e BNDES), particularmente em função de lacunas em termos de financiamentos não reembolsáveis e de linhas de subvenção econômica à inovação.
- (D) ausência de um Marco Legal para as atividades de CT&I que facilitem a transferência de conhecimentos, a prestação de serviços e o compartilhamento dos resultados de projetos de P&D cooperativos envolvendo a Infraestrutura de CT&I e o setor empresarial.
- (E) dificuldades para garantir uma maior estabilidade ao financiamento da Infraestrutura de CT&I, decorrentes de práticas de contingenciamento de recursos em função de dificuldades fiscais, conforme observado na disponibilização de recursos do FNDCT e dos Fundos Setoriais no apoio à inovação.

RASCUNHO

RASCUNHO



33

No caso brasileiro, o aparato institucional de defesa da concorrência se ampliou e se sofisticou nas últimas décadas, a partir de uma melhor delegação de funções e de uma melhor definição do raio de atuação das instituições envolvidas. A esse respeito, considere as afirmativas abaixo.

- I - No caso de uma operação de compra e venda entre duas empresas domiciliadas nos EUA e que possuam sucursais no Brasil, não ocorrerá a análise prevista na lei brasileira que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, uma vez que a operação já será avaliada pelo órgão antitruste daquele país.
- II - No Brasil, bem como nas demais jurisdições internacionais nas quais existe uma intervenção antitruste eficiente (defesa da concorrência), torna-se desnecessário interferir nos preços e nas tarifas de bens e serviços públicos.
- III - O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, como autarquia responsável pela defesa da livre concorrência, tem a responsabilidade de coibir as condutas que violam a competitividade no mercado brasileiro, possuindo três funções: preventiva, repressiva e educativa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
 (B) III, apenas
 (C) I e II, apenas
 (D) II e III, apenas
 (E) I, II e III

34

O Programa Bolsa Família, criado em 2003 com o objetivo de gerar ações de transferência de renda do governo federal para famílias em condição de vulnerabilidade social,

- (A) se caracterizou por não impor condicionantes para o registro das famílias, o que gerou uma desarticulação entre o Bolsa Família e outros programas como o Bolsa Escola Nacional e o Auxílio Gás.
- (B) se constituiu em uma política social de distribuição de renda sem direcionamento regional e espacial, o que contribuiu para o aumento da desigualdade regional entre os Estados da federação.
- (C) conseguiu reduzir percentualmente a pobreza e a pobreza extrema, mas causou grande impacto no orçamento da União, intensificando os debates acerca da viabilidade do programa.
- (D) incorporou uma distribuição de valores que varia de acordo com o número de crianças e adolescentes da família, o que causou um aumento significativo nas taxas de fecundidade das famílias de baixa renda.
- (E) impactou não somente em seus beneficiários, mas também na economia dos municípios a partir do crescimento do consumo, da geração de novos empregos e do aumento na arrecadação de impostos.

35

No modelo de crescimento endógeno, proposto por Paul Romer, a taxa de crescimento econômico no longo prazo é assegurada pela(o)

- (A) produtividade da mão de obra
 (B) taxa de poupança da economia
 (C) acumulação de capital, sujeito a retornos decrescentes de escala
 (D) progresso técnico, pressuposto exógeno no modelo
 (E) acúmulo de conhecimento, sujeito a retornos crescentes de escala

36

De acordo com a formulação original da Curva de Phillips, resultante do estudo empírico do economista A. W. Phillips, políticas monetárias expansionistas são capazes de reduzir o desemprego, porém às custas de maior inflação.

Tal fato ocorre devido à(ao)

- (A) desancoragem de expectativas
 (B) desvalorização cambial
 (C) redução da oferta agregada
 (D) aumento do preço dos insumos
 (E) aumento dos salários nominais

37

Em modelos macroeconômicos com expectativas racionais, a curva de oferta de Lucas é expressa pela equação $Y = b(P - E[P])$, em que Y é o Produto Interno Bruto (PIB) real; b , o parâmetro da equação; P , o nível geral de preços efetivamente observado no período; e $E(P)$, as expectativas dos agentes econômicos, formadas no início do período, com respeito ao comportamento futuro do nível geral de preços. Considere esse modelo e admita, adicionalmente, que o Banco Central adote uma política monetária expansionista, com o objetivo de estimular o crescimento econômico e reduzir o desemprego.

Sob expectativas racionais, se não houver surpresa de preços, a referida política monetária produzirá

- (A) efeito nulo sobre o PIB real e maior inflação
 (B) efeito nulo sobre o PIB real e inflação inalterada
 (C) contração do PIB real e menor inflação
 (D) aumento do PIB real e maior inflação
 (E) aumento do PIB real e inflação inalterada

RASCUNHO

38

[...] os fluxos comerciais favoráveis também atuam no sentido de maior oferta de dólares na economia. As fortes exportações brasileiras de bens junto a uma redução das importações provocaram um aumento do superávit comercial e uma queda do déficit em transações correntes, que somou US\$ 45,3 bilhões no acumulado em 12 meses terminados em agosto, ante US\$ 51,6 bilhões no mês anterior. Na parte financeira, a queda do fluxo de investimentos diretos líquidos no país no ano foi compensada pelo aumento dos investimentos em carteira. No acumulado em 12 meses até agosto, o saldo da conta de investimentos diretos no país (IDPs) é de US\$ 65,9 bilhões (ante US\$ 71,7 bilhões no mesmo período do ano anterior), superior aos observados no período pré-pandemia. Já os investimentos em carteira somaram ingressos líquidos de US\$ 11,3 bilhões no acumulado em 12 meses terminados em agosto de 2023, perante um saldo igual a zero em agosto de 2022, nessa base de comparação.

BRAGA, Julia de Medeiros; ARAUJO, Mônica Mora Y; AMITRANO, Claudio Roberto. Visão Geral da Conjuntura. **Carta de Conjuntura**, n. 60. Nota de Conjuntura 33, Brasília, DF: Ipea, p. 19-20, 3. trim. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/09/231003_cc_60_nota_33_visao_geral.pdf. Acesso em: 17 dez. 2023.

As transações econômico-financeiras de um país com os demais países, como exportações, importações e investimentos, são registradas no Balanço de Pagamentos.

Na estrutura do Balanço de Pagamentos brasileiro,

- (A) a qualquer déficit nas transações correntes deve haver um superávit correspondente em outra conta do Balanço de Pagamentos.
- (B) a conta capital registra a entrada e saída de ativos de capital, tais como os investimentos estrangeiros diretos.
- (C) o saldo da balança comercial diz respeito à diferença entre as exportações e importações de bens e serviços.
- (D) as transações do Banco Central nos mercados de ativos em moeda são chamadas de intervenções no câmbio, sendo contabilizadas na conta de transações correntes.
- (E) as reservas internacionais oficiais do Banco Central são recursos que os bancos do país têm em moeda estrangeira nas suas contas junto ao Banco Central.

39

Como resultado desse duplo movimento indicado anteriormente – elevação da população ocupada e queda na força de trabalho total no primeiro trimestre de 2023 *vis-à-vis* o mesmo período no ano anterior –, a taxa de desocupação ficou em 8,8%, o que indica uma diminuição de 2 p.p. na comparação interanual. Quando nos atemos à média móvel mensal, verificamos que há certa estabilidade nesse indicador desde janeiro, com leve tendência de queda, como demonstram também os dados dessazonalizados apresentados em Lameiras *et al.* (2023). A despeito dessa informação, não se pode perder de vista que o país segue com um contingente considerável de 9,4 milhões de indivíduos em situação de desemprego involuntário, ou seja, um contingente populacional nada desprezível a ser inserido no sistema produtivo nacional, o que demonstra a necessidade de um ritmo mais intenso de incorporação laboral.

SILVA, Sandro Pereira *et al.* **Conjuntura do mercado de trabalho no Brasil**: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023. Nota Técnica n. 108. Brasília, DF: Ipea, set. 2023. 28 p.

O problema do desemprego motiva debates teóricos em busca da explicação desse fenômeno, que refletem diferentes visões quanto aos mecanismos inerentes ao funcionamento dos mercados, às possíveis interferências externas a esse funcionamento e ao papel do governo.

De acordo com a abordagem neoclássica, que se tornou hegemônica no final do século XIX, considerando-se mercados perfeitamente competitivos, preços, salários e taxas de juros flexíveis e existência de informação completa,

- (A) a persistência de desemprego involuntário deve ser combatida com políticas de demanda promovidas pelos governos.
- (B) o nível de emprego de equilíbrio é determinado pelas expectativas quanto à demanda agregada da economia.
- (C) o nível de emprego de equilíbrio é de pleno emprego, ou seja, todos os integrantes da força de trabalho que desejam trabalhar pelo salário real de equilíbrio o fazem.
- (D) os trabalhadores optam cada vez mais por lazer à medida que o salário real aumenta, de forma que a oferta de trabalho é uma função negativa do salário real.
- (E) os aumentos de salário real melhoram as rendas dos trabalhadores e as expectativas de vendas das empresas, de forma que a demanda das empresas por mão de obra é uma função positiva do salário real.

RASCUNHO



40

O modelo orçamentário definido pela Constituição de 1988 é composto por três instrumentos interdependentes: o Plano Plurianual — PPA —, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO — e a Lei Orçamentária Anual — LOA —.

No processo orçamentário brasileiro, a(o)

- (A) Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento que estabelece os procedimentos para a elaboração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada no primeiro ano de gestão e vigora até o fim do primeiro ano da gestão subsequente.
- (C) Lei Orçamentária Anual é o elo entre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias na ordenação do ciclo orçamentário.
- (D) Plano Plurianual estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para investimentos e despesas de custeio decorrentes deles.
- (E) orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas estatais da União são elaborados em separado da Lei Orçamentária Anual.

41

A chamada “Lei de Thirlwall”, formulada pelo economista Anthony Thirlwall, é uma das mais simples proposições explicativas do diferencial de crescimento relativo entre os países na economia global e da capacidade de crescimento econômico de um país, compatível com a estabilidade de seu balanço de pagamentos, no longo prazo.

A Lei de Thirlwall,

- (A) na versão “forte”, permite estimar a taxa de crescimento de um país em relação ao resto do mundo, através da razão entre a taxa de crescimento de suas exportações e a elasticidade-renda de suas importações, contanto que os preços relativos permaneçam constantes ao longo da série estimada.
- (B) na versão “forte”, estabelece que um país em desenvolvimento será capaz de se aproximar da fronteira tecnológica internacional e alcançar níveis médios elevados de renda *per capita*, se a elasticidade-renda de suas exportações for superior à elasticidade-renda de suas importações, mantidos constantes os preços relativos (inclusive a taxa de câmbio real) ao longo da série estimada.
- (C) na versão “fraca”, que considera mudanças de preços relativos, só é possível estimar a taxa de crescimento de um país, compatível com o equilíbrio de longo prazo de seu balanço de pagamentos, se for estimada tanto a elasticidade-renda de suas exportações quanto a elasticidade-renda de suas importações.
- (D) na versão “fraca”, não é compatível com o modelo do multiplicador keynesiano de comércio exterior (ou de economias abertas), formulado por Roy Harrod.
- (E) em ambas as versões, “forte” e “fraca”, conclui que um país fortemente especializado nas exportações de produtos primários e de bens industrializados intensivos em recursos naturais (*commodities*) tem capacidade de convergir, rapidamente, para níveis médios elevados de renda *per capita*.

42

Em macroeconomia, o papel das expectativas e o conceito de incerteza são elementos fundamentais não apenas na determinação do nível do produto e do emprego, como também na explicação das flutuações cíclicas nas economias capitalistas. No trecho seguinte, Keynes explicita seu entendimento acerca do termo “incerteza” em economia.

Por conhecimento incerto, não pretendo distinguir o que é conhecido como certo do que é, apenas, provável. Neste sentido, o jogo da roleta não está sujeito à incerteza; nem sequer à possibilidade de se ganhar na loteria. Ou, ainda, a própria esperança de vida é apenas moderadamente incerta. O sentido em que estou usando o termo [incerteza] é aquele segundo o qual a perspectiva de uma guerra europeia é incerta, o mesmo ocorrendo com o preço do cobre e a taxa de juros daqui a vinte anos ou a obsolescência de uma nova invenção [...]. Sobre esses problemas, não existe qualquer base científica para cálculos probabilísticos. Simplesmente, nada sabemos a respeito.

KEYNES, J. M. The general theory of employment. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 51, n. 2, February, 1937, p.213-214, (tradução nossa). Adaptado.

De acordo com Keynes, diante da incerteza futura, os agentes econômicos tomam decisões relevantes, baseando-se

- (A) no conjunto de informações disponíveis no presente e decidindo sobre o futuro, de acordo com a opinião da maioria ou da média.
- (B) no conjunto de informações disponíveis no presente e decidindo sobre o futuro, de forma aleatória e independentemente da opinião da maioria.
- (C) no melhor conjunto de informações disponíveis no presente, projetando-as para o futuro, mediante expectativas racionais.
- (D) nas informações relevantes do passado, projetando-as para o futuro, mediante expectativas racionais.
- (E) nas informações relevantes do passado, projetando-as para o futuro, mediante expectativas adaptativas.

43

Em conhecido trecho da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Keynes expõe as dificuldades de se estabilizarem as taxas de juros de mercado em situações de crise.

Um aumento da taxa monetária de juros retarda a produção de riquezas em todos os ramos em que ela é elástica, sem estimular a produção da moeda (que, por hipótese, é perfeitamente inelástica). A taxa monetária de juros, determinando o nível de todas as demais taxas de juros de mercadorias, refreia o investimento para produzir essas mercadorias, sem poder estimular o investimento necessário para produzir moeda que, por hipótese, não pode ser produzida [...]. Quer isso dizer que o desemprego aumenta porque as pessoas querem a Lua; os homens não podem conseguir emprego quando o objeto de seus desejos (isto é, o dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida. O único remédio consiste em persuadir o público de que Lua e queijo verde são praticamente a mesma coisa, e a fazer funcionar uma fábrica de queijo verde (isto é, um Banco Central) sob o controle do poder público.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.229. Adaptado.

No trecho mencionado, Keynes reconhece o papel do Banco Central na estabilização da economia nos períodos que se seguem às crises monetário-financeiras. Apesar disso, o autor não viveu para testemunhar as políticas monetárias não convencionais, como as taxas de juros nominais próximas de zero (*Zero Lower Bound*) e as políticas de afrouxamento monetário (*Quantitative Easing - QE*), adotadas pelo Banco Central dos Estados Unidos (*Federal Reserve Bank - FED*) e pelo Banco Central Europeu, nos anos imediatamente após a crise financeira global de 2008.

Com respeito ao *QE*, o principal objetivo do *FED* e do Banco Central Europeu, alinhado com a concepção de Keynes sobre a determinação das taxas de juros, foi

- (A) reduzir a demanda de moeda para fins especulativos, mediante venda expressiva de títulos de médio e longo prazos nos mercados financeiros, forçando a redução de seus preços e a consequente queda das taxas de juros.
- (B) reduzir a demanda de moeda para fins especulativos, mediante compras expressivas de títulos de médio e longo prazos nos mercados financeiros, forçando o aumento de seus preços e a consequente queda das taxas de juros.
- (C) aumentar a oferta monetária e promover a redução da demanda de moeda para transações.
- (D) aumentar os *spreads* entre as taxas de juros de longo prazo e as taxas de juros de curto prazo.
- (E) aumentar as taxas de juros de curto prazo, alinhando-as às taxas de juros de longo prazo.

44

De acordo com a hipótese da instabilidade financeira, formulada por Hyman Minsky,

- (A) as crises financeiras são entendidas como fases transitórias do ciclo econômico, observado nas economias capitalistas, cuja tendência é a estabilidade no longo prazo.
- (B) as raízes das crises financeiras estão associadas à emergência e à difusão de novas tecnologias de caráter disruptivo, que acarretam a obsolescência de tecnologias e empresas varridas pelo processo schumpeteriano de “destruição criativa”.
- (C) as economias capitalistas são intrinsecamente estáveis e capazes de sustentar posições de equilíbrio, visto que a causa principal da instabilidade, que transforma crises financeiras em recessões ou mesmo depressões, está associada à ausência de mecanismos de regulação do sistema bancário.
- (D) as economias capitalistas são intrinsecamente instáveis, estando tal instabilidade associada ao fato de que, devido à incerteza quanto à obtenção de fluxos de caixa futuros requeridos para o pagamento das dívidas contraídas junto ao sistema financeiro, as grandes corporações tendem a especular com ativos no mercado de capitais, levando à assunção de dívidas e formação de bolhas de preços nesses mercados.
- (E) um sistema financeiro diversificado e sofisticado que conte com mecanismos apropriados de regulação e de realocação da poupança para o sistema produtivo (consumidores e empresas) é capaz de eliminar as causas da instabilidade, inerentes às economias capitalistas.

RASCUNHO



45

Admita um país cujo Banco Central maneje a política monetária de acordo com uma regra de Taylor, expressa pela seguinte equação:

$$i_t = r^* + \pi_t + 0,5(\pi_t - \pi^*) + 0,5\left(100 \frac{Y_t - Y^*}{Y^*}\right),$$

em que i é a taxa básica de juros de curto prazo; r^* , a taxa de juros real neutra; π , a taxa de inflação observada; π^* , a meta de inflação; Y , o PIB observado; Y^* , o PIB potencial de pleno-emprego; e t , o período temporal considerado. Admita, ainda, que em determinado período t a economia desse país apresente os seguintes indicadores:

- i) Taxa de juros real neutra: 4% a.a.
- ii) Taxa de inflação observada: 9% a.a.
- iii) Meta de inflação anual: 4% a.a.

Na hipótese de que a economia esteja operando com hiato do produto igual a zero no período t , caso o Banco Central maneje a política monetária estritamente de acordo com a regra de Taylor, expressa pela equação acima, a taxa de juros real de curto prazo observada deverá ser de

- (A) -5,00% a.a., com viés expansionista
- (B) 5,00% a.a., com viés contracionista
- (C) -6,50% a.a., com viés expansionista
- (D) 6,50% a.a., com viés contracionista
- (E) 15,50% a.a., com viés contracionista

46

De acordo com a teoria clássica da taxa de juros, na versão de Wicksell (teoria dos fundos emprestáveis), políticas monetárias expansionistas

- (A) mantêm inalteradas as taxas de juros reais no longo prazo.
- (B) reduzem as taxas de juros reais no longo prazo.
- (C) reduzem tanto as taxas de juros nominais no curto prazo quanto as taxas de juros reais no longo prazo.
- (D) reduzem a taxa de juros real "natural".
- (E) aumentam o PIB real e o nível de emprego.

47

Nas teorias neoschumpeterianas de comércio internacional, a determinação do padrão de comércio e a avaliação dos impactos do livre-comércio sobre os países em desenvolvimento são radicalmente distintas dos modelos de comércio tradicionais ou mesmo da nova teoria de comércio internacional (*new trade theory*).

Nos modelos neoschumpeterianos de comércio, o padrão quantitativo (volume e participação) e qualitativo (tipos de bens exportados e importados) de inserção de um país no comércio internacional depende, fundamentalmente,

- (A) de sua capacidade para gerar e difundir inovações tecnológicas.
- (B) da dotação de fatores de produção disponíveis.
- (C) do estoque de capital físico acumulado.
- (D) do estoque de capital humano acumulado.
- (E) do estoque de conhecimento acumulado e do acesso ao fluxo de informações internacionais.

48

Considerem-se válidas as hipóteses inerentes aos modelos de vantagem absoluta (Adam Smith) e de vantagem comparativa (David Ricardo), na explicação dos fluxos e dos ganhos de comércio recíprocos internacionais. A Tabela informa os coeficientes técnicos hipotéticos de produção (expressos em horas de trabalho por unidade) das indústrias de calçados (por par) e de vestuário (por unidade), no Brasil e no México. Considere-se, ainda, que sejam nulos os custos de transporte entre os dois países.

	Brasil Horas de trabalho necessárias para a produção de cada unidade do bem	México Horas de trabalho necessárias para a produção de cada unidade do bem
Calçados	1/7	1
Vestuário	1/3	1/2

Com base nas hipóteses inerentes aos modelos de comércio internacional apresentados por Smith e Ricardo, o(s)

- (A) México detém vantagem absoluta na produção de ambos os bens.
- (B) México detém vantagem comparativa em calçados.
- (C) Brasil detém vantagem comparativa em vestuário.
- (D) Brasil detém vantagem comparativa na produção de ambos os bens.
- (E) dois países, caso pratiquem livre-comércio, terão ganhos recíprocos de comércio, se o preço relativo internacional for igual a 1.

49

As regras multilaterais de comércio, sob a égide da Organização Mundial do Comércio (OMC), preveem a aplicação de instrumentos da política comercial, por parte de um país-membro, sempre que suas indústrias sejam prejudicadas por práticas consideradas desleais, efetivadas por outro parceiro. No caso de um subsídio considerado acionável, por exemplo, a legislação da OMC permite que um país-membro prejudicado adote medidas de retaliação, sempre que houver comprovação de que os danos causados a um determinado setor produtivo tenham origem no uso do referido subsídio, aplicado por seu parceiro comercial.

O direito de um país-membro adotar uma alíquota *ad valorem* à importação, com o objetivo de neutralizar o uso de subsídios acionáveis, aplicado por seu parceiro comercial, é denominado

- (A) direito *antidumping*
- (B) direito antidano
- (C) salvaguarda comercial
- (D) subsídio específico
- (E) medida compensatória

50

A mensuração dos impactos decorrentes dos Acordos de Livre-Comércio envolve um conjunto de informações, como as dotações de fatores dos países, as tecnologias utilizadas, os níveis de produtividade, as rendas *per capita*, dentre outras informações. No entanto, baseando-se em pressupostos e hipóteses mais simples, as teorias de comércio internacional permitem indicar os impactos esperados desses Acordos.

Considere, então, que o Brasil e a União Europeia formem dois blocos distintos e sejam abundantes, respectivamente, em recursos naturais e em capital. Admita, adicionalmente, que suas economias possuam apenas dois setores produtivos: o primário, considerado o setor intensivo em recursos naturais, cujas empresas produzem produtos agropecuários e funcionam sob condições de concorrência perfeita; e o manufatureiro, considerado o setor intensivo em capital, cujas empresas operam com elevadas economias de escala, produzem bens manufaturados diferenciados e funcionam sob condições de concorrência monopolística.

Caso o Brasil e a União Europeia adotem um Acordo de Livre-Comércio em que todas as barreiras ao intercâmbio recíproco de produtos primários e de bens manufaturados sejam eliminadas, de acordo com o modelo teórico de Krugman, o

- (A) padrão de comércio entre os dois blocos seria indeterminado.
- (B) padrão de comércio entre os dois blocos seria determinado totalmente pelas respectivas vantagens comparativas, sendo o Brasil exportador de produtos agropecuários e importador de produtos manufaturados.
- (C) padrão de comércio entre os dois blocos seria determinado pelas forças da concorrência monopolística, das economias de escala e da diferenciação de produtos, sendo os fluxos de comércio totalmente de tipo intraindustrial.
- (D) Brasil seria exportador líquido de produtos agropecuários e importador líquido de bens manufaturados, mas haveria uma parcela menor em que ambos os blocos exportariam e importariam bens manufaturados, sob a forma de comércio intraindustrial.
- (E) Brasil apresentaria uma redistribuição de renda dos proprietários de terra e empresários da agropecuária para os capitalistas e empresários do setor manufatureiro.

51

Tendo em vista as características da estrutura produtiva e o nível de renda *per capita* do Brasil na atualidade, o argumento teórico neoschumpeteriano que justifica a aplicação de instrumentos da política comercial para promover a reindustrialização e o desenvolvimento econômico brasileiro é baseado na

- (A) existência de hiatos (*gaps*) tecnológicos significativos, em relação à fronteira tecnológica internacional
- (B) existência de falhas de mercado
- (C) necessidade de proteção da indústria nascente
- (D) possibilidade de aplicação da tarifa ótima
- (E) necessidade do uso de salvaguardas comerciais

52

Desde meados da década de 1980, registra-se uma quantidade expressiva de acordos de integração regional. Considerando-se os estágios em que se encontram esses acordos, na atualidade, associe a forma de integração regional ao respectivo acordo efetivamente firmado.

- | | |
|--|---------------------------------------|
| I - <i>North American Free Trade Agreement (NAFTA)</i> | P - União aduaneira |
| II - Mercado Comum do Sul (Mercosul) | Q - Área de livre-comércio |
| III - União Europeia | R - Acordo de preferências comerciais |
| IV - Zona do Euro | S - Mercado comum |
| | T - União monetária |

As associações corretas são:

- (A) I - Q , II - P , III - S , IV - T
- (B) I - Q , II - P , III - T , IV - R
- (C) I - Q , II - S , III - R , IV - T
- (D) I - Q , II - S , III - T , IV - R
- (E) I - R , II - P , III - S , IV - T

53

A relação entre o passageiro e o motorista de táxi é como a do principal e seu agente. O passageiro não conhece os itinerários possíveis tanto quanto o motorista; e para ambos há o risco de congestionamento de trânsito, levando a gastos extras de combustível e tempo para o motorista, e de tempo para o passageiro. O pagamento da corrida envolve uma “bandeirada”, que é um valor fixo inicial, e mais um valor variável com a distância e o tempo da viagem. Suponha que passageiro e motorista possam negociar a proporção relativa da “bandeirada” e do valor variável, aumentando um e reduzindo o outro, ou vice-versa, de acordo com uma tabela fornecida pelo órgão regulador. Suponha ainda que ambos, motorista e passageiro, sejam avessos ao risco.

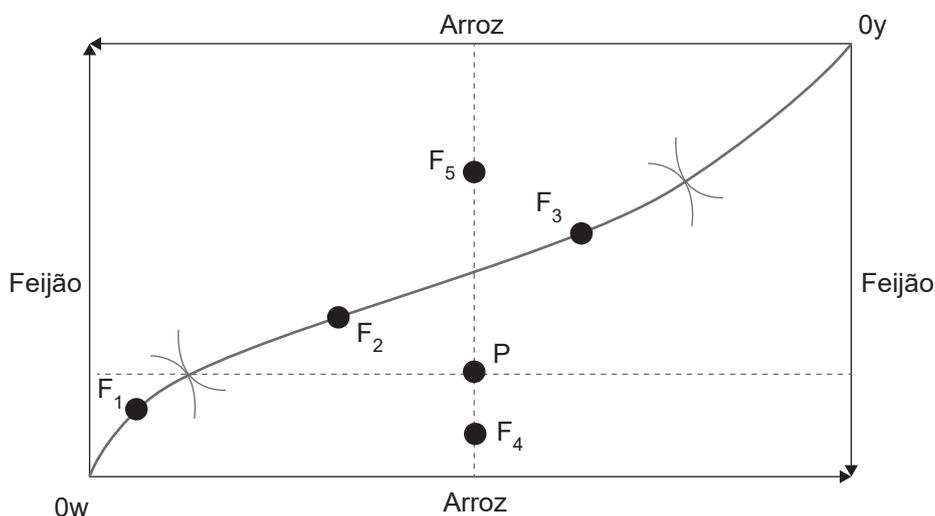
Nessas condições, um

- (A) passageiro de fora da cidade, que desconhece os possíveis itinerários, preferiria uma bandeirada relativamente menor.
- (B) passageiro com alto custo de tempo próprio preferiria uma bandeirada relativamente menor.
- (C) passageiro que usa o táxi em horário de provável congestionamento de trânsito preferiria uma bandeirada relativamente maior.
- (D) motorista, trabalhando em horário bem tarde da noite, preferiria uma bandeirada relativamente menor.
- (E) aparelho no táxi ligado a satélites, informando antes da corrida sobre locais de congestionamento de trânsito, beneficia a ambas as partes, mesmo que só o motorista possa consultá-lo.



54

A Figura abaixo mostra uma caixa de Edgeworth, ilustrando as possibilidades de trocas entre 2 pessoas, W e Y, envolvendo 2 bens, arroz e feijão, cujas quantidades são representadas nos eixos horizontal e vertical da caixa. As pessoas desejam consumir os dois bens, e suas curvas de indiferença, traçadas a partir das duas origens, 0_w e 0_y , se tangenciam; os pontos de tangência definem a curva de contrato, representada pela linha cheia de 0_w a 0_y . O ponto P mostra a alocação inicial de arroz e feijão entre as duas pessoas W e Y.



Após negociarem até alcançarem uma alocação de bens eficiente, no sentido de Pareto, a distribuição final de arroz e feijão, entre as pessoas W e Y, é representada por um ponto na caixa como

- (A) F1 (B) F2 (C) F3 (D) F4 (E) F5

55

Três empresas maximizadoras de lucro vendem o mesmo produto, cobrando preços iguais. Elas podem diferir em termos de localização, cada uma decidindo ficar ou no centro da cidade ou no subúrbio. O lucro anual de qualquer uma das empresas que se localize no subúrbio será de 13 unidades monetárias (u. m.); mas, se uma empresa se localizar no centro, seu lucro anual será de $(20 - 2C)$ u. m., onde C é o número dessas empresas localizadas no centro (C pode ser 3, 2, 1 ou 0).

Sendo assim, conclui-se que, caso as empresas

- (A) decidam operar em conjunto, mantendo o mesmo preço que antes e dividindo o lucro total, o lucro total máximo ocorre quando duas se instalarem no subúrbio e uma no centro.
 (B) decidam operar independentemente, todas as três vão escolher se localizar no subúrbio.
 (C) decidam operar em conjunto, terão um lucro total menor do que se operarem independentemente.
 (D) se localizem todas no subúrbio, elas escolheram uma estratégia dominante de localização.
 (E) se localizem todas no centro da cidade, estarão em equilíbrio de Nash.

56

Uma empresa maximizadora de lucro produz petróleo e exporta parte da produção, tomando o preço internacional de petróleo como dado. Também vende outra parte da produção no mercado interno, onde é monopolista. Os compradores dos mercados, externo e interno, são separáveis, permitindo à empresa vender internamente petróleo a preço diferente do praticado no mercado externo (usando-se a taxa de câmbio adequada, para fazer a comparação).

Em uma situação como essa, a empresa **NÃO**

- (A) equalizaria seu custo marginal ao preço internacional do petróleo.
 (B) equalizaria seu custo marginal à receita marginal de venda no mercado interno.
 (C) praticaria um preço no mercado interno menor do que o preço internacional de petróleo.
 (D) maximizaria seu lucro se praticasse no mercado interno um preço maior do que o preço internacional de petróleo.
 (E) teria lucro positivo se vendesse no mercado interno a um preço abaixo do internacional.

57

Uma empresa maximizadora de lucro produz 10.000 toneladas de minério/ano, exportando-as ao preço de mercado de R\$ 600,00/tonelada, o qual a empresa toma como dado. Seu custo total médio, nesse nível de produção, é de R\$ 500,00/tonelada.

Nesse contexto, verifica-se que o(a)

- (A) custo total médio da empresa tende a cair se a sua produção aumentar.
- (B) preço de mercado diminuindo para R\$ 400,00/tonelada, a empresa terá prejuízo com a produção e a venda de minério.
- (C) avanço tecnológico redutor dos custos de transporte marítimo de minério aumenta o lucro da empresa.
- (D) empresa está em um nível de produção no qual há retornos decrescentes de escala.
- (E) empresa, a longo prazo, só continuará produzindo se o preço do minério ficar acima do seu custo total médio de R\$ 500,00/tonelada.

58

Um consumidor, maximizador de sua função utilidade, gasta toda a sua renda comprando, a preços de mercado, quantidades positivas de 10 bens. Os preços são todos positivos, e 9 deles diminuem em 10%, sendo que, no caso de um dos bens, o bem Z, o preço não se altera. Na sua nova posição de equilíbrio maximizador de utilidade, o consumidor compra a mesma quantidade de Z que comprava inicialmente, antes da mudança de preços.

Logo, o(a)

- (A) bem Z não tem complementos entre os demais bens que o consumidor compra.
- (B) bem Z não tem substitutos entre os demais bens que o consumidor compra.
- (C) gasto do consumidor comprando os demais bens, que não Z, aumentou após a alteração dos preços.
- (D) elasticidade-renda real da demanda do consumidor pelo bem Z é não negativa.
- (E) renda real do consumidor aumentou em 10%, devido à alteração dos preços.

59

O processo de crescimento das firmas está condicionado tanto por fatores econômico-financeiros relacionados à conversão do potencial de acumulação de lucros em investimentos, quanto pela identificação de oportunidades atrativas de investimento nos mercados nos quais as firmas já operam ou em novos mercados.

De forma a viabilizar o processo de crescimento da firma, é importante considerar o seguinte:

- (A) conforme apontado na análise de Steindl, a possibilidade de conversão dos lucros gerados no montante desejado de investimentos supõe uma flexibilidade das margens de lucro, bem como a realização dos ajustamentos necessários nas condições de acumulação (retenção de lucros), de acesso aos mercados de financiamento (através do endividamento da firma), e de acesso aos mercados de capitais, por meio do lançamento de ações.
- (B) de acordo com os argumentos da teoria dos Custos de Transação, a integração vertical tende a ser mais factível quanto mais intensas forem as transações e quanto menos específicos forem os insumos adquiridos pela firma.
- (C) segundo os argumentos da Teoria da Maximização da Utilidade Gerencial, no contexto da separação entre propriedade e gestão de grandes grupos econômicos, os administradores procuram maximizar sua utilidade, o que inviabilizaria processos de fusões e aquisições como meios para atingir um maior crescimento da firma.
- (D) estratégias de internacionalização do tipo *efficiency seeking* (busca de eficiência), destacadas na análise de Dunning, buscam explorar as vantagens derivadas de recursos naturais a custos comparativamente menores nos países-alvo, geralmente por meio de investimentos que visam à exploração dos recursos naturais ou da mão de obra não qualificada.
- (E) processos de diversificação horizontal podem ser resultantes da existência de economias de escopo, decorrentes da presença de condições de subaditividade de custos, que resultam numa maior eficiência das linhas de produção multiproduto.

RASCUNHO

RASCUNHO



60

As hipóteses subjacentes ao Modelo Estrutura-Condução-Desempenho permitem identificar as seguintes tendências relativas à análise do comportamento de diferentes mercados:

- (A) a presença de barreiras à entrada pode ser caracterizada como elemento essencialmente estrutural do modelo, definindo condições gerais em relação às quais os agentes econômicos não têm possibilidade de intervenção.
- (B) a noção de Padrão de Concorrência, elaborada a partir de uma perspectiva dinâmica das hipóteses subjacentes ao Modelo Estrutura-Condução-Desempenho, concebe o padrão tecnológico vigente em determinado mercado como elemento estritamente estrutural que orienta a definição das estratégias empresariais.
- (C) as variáveis de estrutura são determinadas endogenamente, em função de variáveis que representam a conduta das firmas atuantes no mercado, com base em relações unidirecionais entre essas variáveis.
- (D) os estudos no campo da denominada Nova Organização Industrial Empírica, que avaliam as hipóteses subjacentes ao modelo Estrutura-Condução-Desempenho em diferentes mercados através da utilização de um ferramental econométrico, procuram detectar o poder de mercado, estritamente com base na verificação da resposta dos preços a variações na elasticidade-preço da demanda.
- (E) os critérios vinculados à substituíbilidade entre produtos e à possibilidade de exercício efetivo de poder de mercado pelas empresas influenciam a caracterização do mercado relevante, a partir desse modelo, na definição de ações no campo da defesa da concorrência.

61

Na definição e utilização de Indicadores de Inovação, para fins analíticos ou para orientação de políticas públicas, algumas tendências e qualificações podem ser destacadas, dentre elas, a seguinte:

- (A) o indicador de esforço em P&D (P&D/vendas) sobrevaloriza o esforço inovador das empresas de base tecnológica, enquanto o esforço patentador (patentes/empregado) sobrevaloriza o esforço inovador das grandes empresas.
- (B) o percentual de emprego em P&D é um indicador de capacitação tecnológica nacional, enquanto o saldo da balança de pagamentos tecnológica é um indicador de capacidade de absorção e difusão.
- (C) a mensuração do progresso técnico usando indicadores de esforços ou indicadores de resultado é indiferente, pois, no processo inovador, maiores esforços envolvem mais resultados.
- (D) os gastos em educação, treinamento e formação são um indicador de inovação, enquanto as patentes são um indicador de difusão.
- (E) as patentes mensuram tanto intensidade de invenção quanto de inovação.

62

Dentre os principais fatores que favorecem à Coordenação Oligopolista de maneira a viabilizar a formação de cartéis, destacam-se:

- (A) a presença de associações patronais; a presença de canais de distribuição similares; a abrangência geográfica de mercados indefinida
- (B) a facilidade para detecção de desvios de conduta; a repetição sistemática da interação entre firmas do cartel; a preferência por lucros imediatos em relação a lucros futuros
- (C) a existência de produtos substitutos; os anúncios públicos de preços; as condições estáveis da demanda
- (D) a existência de contatos entre rivais em outros mercados; os reduzidos diferenciais de eficiência entre as empresas; o caráter crível da ameaça de punição ao desvio de condutas
- (E) as barreiras estruturais à entrada; a homogeneidade de produto; a elevada Elasticidade-Preço da Demanda

63

Nos últimos anos, em função da reativação das Políticas Industriais e de Inovação em diferentes países, têm sido realizados esforços para sistematizar os diversos tipos de instrumentos possíveis de serem mobilizados na operacionalização dessas políticas.

Dentre as características desses instrumentos, destaca-se a

- (A) diferenciação, quanto às Políticas Industriais com foco na Oferta, entre instrumentos que procuram afetar o desempenho das empresas, incluindo incentivos ao investimento, e instrumentos que afetam a dinâmica geral da indústria, incluindo regulações, por exemplo, no plano da defesa da concorrência.
- (B) diferenciação, quanto ao nível de intensidade da Política Industrial, entre uma Política Industrial leve (*soft*), que envolve intervenções nos preços para realocar recursos, e uma Política Industrial pesada (*hard*), que privilegia a provisão de infraestrutura e bens públicos.
- (C) diferenciação entre instrumentos regulatórios, cuja ênfase recai nas condições gerais da concorrência, como a mobilização de compras do governo, e instrumentos de incentivo, cuja ênfase recai na tentativa de influenciar as ações dos agentes, como no caso da repressão a condutas anticompetitivas.
- (D) tendência de as ações se direcionarem, crescentemente, para a correção pontual de falhas de mercado, comparativamente à possibilidade de uma atuação mais abrangente direcionada para a correção de falhas sistêmicas, por exemplo, relacionadas à adaptação face a novos desenvolvimentos tecnológicos de natureza disruptiva.
- (E) mobilização, no plano específico das Políticas de Inovação, de ações com foco na demanda que incluem o financiamento direto, como os de natureza não reembolsável, e a concessão de incentivos fiscais às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento.

64

A noção de Padrões de Concorrência fornece um quadro conceitual mais amplo para a análise da evolução da competitividade das firmas em diferentes mercados, contemplando a

- (A) definição, no âmbito de cada setor, de determinados atributos definidores de fontes de Vantagens Competitivas, com desdobramentos em termos das estratégias das empresas, os quais são essencialmente estáveis ao longo do tempo.
- (B) maior ênfase na avaliação da competitividade da firma com base em critérios de eficiência, relacionados à capacidade da empresa converter insumos em produtos, comparativamente à avaliação da competitividade com base em critérios de desempenho, expressos na participação no mercado (*market-share*) alcançada pela firma em um momento do tempo.
- (C) associação da noção de competitividade à capacidade de a firma formular e implementar estratégias que permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado, privilegiando estratégias, capacitações e desempenho coerentes com o conjunto de fatores críticos para o sucesso naquele ambiente competitivo.
- (D) identificação de condicionantes da competitividade usualmente caracterizados como estruturais, que constituem externalidades *stricto sensu* para a empresa produtiva, sobre os quais ela detém limitada possibilidade de intervir, como aspectos político-institucionais, legais-regulatórios e infraestruturais que delimitam as possibilidades de atuação em determinado mercado.
- (E) possibilidade de modificações importantes no padrão de concorrência ao longo do denominado ciclo de vida de determinado produto, em geral privilegiando o fortalecimento da diferenciação de produtos em estágios mais avançados desse ciclo, em comparação com a ênfase na otimização de processos em seus estágios iniciais.

65

Considere o texto sobre economias de aglomeração no Brasil.

Quanto maior a escala da urbanização, maiores tendem a ser os ganhos de produtividade das firmas. Do mesmo modo, a maior diversidade de bens e serviços ofertados, de interações sociais e econômicas e de serviços públicos disponíveis para consumo da coletividade torna-se um diferencial de grande significado para a localização empresarial. Para o Brasil, no processo de desconcentração produtiva, mostrou-se que a localização de firmas industriais adquiriu um comportamento fortemente associado a economias de aglomeração dadas pelo estoque de infraestrutura e mão de obra qualificada: o tecido industrial tornou-se concentrado — e desconcentrou-se concentradamente — em uma grande porção do território entre o Sul e o Sudeste. Consideradas, de um lado, as motivações e lógicas do setor privado e os estímulos do mercado mundial e do território inercial do desenvolvimento brasileiro e, de outro lado, as motivações e os esforços governamentais, em sentido amplo, para atuação sobre novas geografias econômicas nacionais, identificam-se cinco tipos preferenciais de territórios predominantemente impactados e redefinidos pela potência das forças em atuação.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R.; SEVERIAN, D. O território das atividades industriais no Brasil: a força das economias de aglomeração e urbanização. In: MONTEIRO NETO, A. (org.). **Brasil, Brasilis**: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI. Brasília, DF: Ipea, 2021, p. 256-258. Adaptado.

Na tipologia mencionada acima, encontram-se rearranjos territoriais que se prestam à análise das formas de aglomeração e os que concorrem para a desaglomeração.

Considerando-se especificamente os vetores que levam à concentração produtiva, identificam-se territórios predominantemente impactados e (re)definidos por

- (A) oferta mundial de *commodities*, especialmente oriundas do agronegócio, como nas áreas da fronteira agrícola.
- (B) investimentos realizados ou orientados pelo Estado em infraestruturas logísticas e de energia etc., como no Nordeste.
- (C) forças inerciais dos fatores de aglomeração e de urbanização e das vantagens locacionais da rede urbana, como na faixa costeira.
- (D) impulsos das políticas sociais, pelas melhorias das condições de vida e pela ampliação do mercado interno de consumo, como na Amazônia.
- (E) implantação de investimentos pontuais com tendência a se constituírem em polos isolados com baixa indução do entorno e da hinterlândia, como no Norte.



RASCUNHO

66

Considere o texto sobre a urbanização brasileira.

O atual estágio da urbanização brasileira, processo horizontal e inacabado, caracteriza-se por transformações expressivas na configuração espacial e na natureza das cidades. Nesse estágio, a metropolização é um processo que apreende na sua essência as dinâmicas de concentração e expansão urbana e seus resultados espaciais mais expressivos. Corresponde a uma etapa avançada da urbanização no atual modelo de acumulação e divisão internacional do trabalho, expresso na forma espacial do crescimento urbano, devido ao rápido e concentrado crescimento econômico, à elevada imigração sobre centros urbanos constituídos, à existência de meios de mobilidade e ao papel do país na economia mundial. Na metropolização contemporânea, todos os artefatos e os sistemas de objetos da globalização provocam a expansão física e a fragmentação do espaço urbanizado para áreas cada vez mais distantes dos antigos limites urbanos, avançando em todo o território nacional.

MOURA, R. *et al.* **Rede urbana brasileira como agenda de pesquisa no Ipea**: retrospecto e perspectivas. Relatório de pesquisa. Brasília, DF: Ipea, 2016, p. 9. Adaptado.

O estágio contemporâneo do processo de metropolização brasileiro apresenta a seguinte característica:

- (A) arrefecimento dos movimentos pendulares intrametropolitanos
- (B) redução da segregação socioespacial na transição rural-urbano
- (C) diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central
- (D) retração do processo de conurbação com polinucleação de fluxos
- (E) formação de ampla região urbana com limites estáveis e definidos

67

Considere o texto sobre a teoria locacional de Christaller.

O alemão Walter Christaller (1893-1969) almejou responder a questões que ainda hoje desafiam os pesquisadores: o que explica o tamanho, a distribuição e o número de cidades? Em seu livro *Die zentralen Orte in Süddeutschland*, Christaller seguiu a tradição geométrica alemã para esboçar as simples regras que permitiriam responder a essa pergunta e chegou à teoria dos lugares centrais. Ele buscou determinar o formato das áreas de mercado em que todos os consumidores são atendidos e, ao mesmo tempo, a distância em relação às firmas é minimizada. Para se chegar à distribuição espacial dos lugares centrais, são necessários três princípios, sendo que um deles é o da minimização das distâncias entre os centros, que faz com que os ofertantes de bens de ordem imediatamente inferior se localizem no ponto médio da linha que une os centros de ordem superior.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. *et al.* (org.). **Economia regional e urbana**. Teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2011, p.56. Adaptado.

Nesse texto sobre a teoria dos lugares centrais, é descrito o princípio

- (A) administrativo
- (B) da recursividade
- (C) da sustentabilidade
- (D) de transporte
- (E) de mercado

68

Considere o texto sobre a teoria dos polos de crescimento.

François Perroux desenvolve o conceito de polos de crescimento em 1955, partindo do pressuposto de que o crescimento econômico não é observado em todos os pontos do espaço econômico, mas sim em espaços específicos. Para ele, “o fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”. Em sua teoria, um dos conceitos fundamentais é o de indústria motriz, um dos fatores indutores da polarização do crescimento.

JESUS, J.; SPINOLA, N. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XVII, n. 2, dez. 2015, p. 939. Adaptado.

Nessa teoria, o conceito de indústria motriz é definido como

- (A) indústria exclusiva de setores novos e detentora de tecnologias de produção de ponta.
- (B) indústria cuja produção de máquinas ou matérias-primas é absorvida por outras indústrias.
- (C) indústria indutora de um acréscimo global de vendas no conjunto de uma economia nacional.
- (D) indústria impactada pelas compras e vendas de indústrias novas, dotadas de novas tecnologias.
- (E) indústria capaz de aumentar as vendas de bens e serviços de outras indústrias ao aumentar as suas próprias vendas.

69

Considere o **Texto I** e o **Texto II** sobre a agenda urbana.

Texto I

O modelo de desenvolvimento urbano atual tem promovido a mercantilização da cidade que privilegia os grupos financeiros e de investidores em detrimento dos interesses e das necessidades da maioria da população urbana. Os efeitos do padrão de urbanização, tais como a privatização dos espaços públicos e dos serviços básicos, a segregação urbana, a precarização dos bairros da população pobre, o aumento dos assentamentos informais, a utilização de investimentos públicos para promover projetos de infraestrutura que atendem aos interesses econômicos dos negócios imobiliários, apontam que novos caminhos de vida e desenvolvimento nas cidades precisam ser adotados na nova agenda urbana. Por essa razão, a nova agenda urbana deve abraçar uma mudança no padrão predominante, a fim de aumentar a equidade, a inclusão social, a participação política e dar uma vida digna para a população urbana.

SAULE JR., N. O direito à cidade como centro da nova agenda urbana. *In*: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n. 15, jul.-dez. 2016, p. 73. Adaptado.

Texto II

No contexto específico das áreas centrais das cidades, ao renovar o conjunto da vizinhança e concretizar uma demanda que anteriormente estava reprimida, os novos usos e/ou os novos moradores substituem os moradores anteriores. Para esses antigos moradores valerá mais a pena vender seus imóveis e realizar o lucro com a valorização do bairro, e morar em outra vizinhança que lhes atendam as preferências por amenidades urbanas. Parte do lucro da venda do imóvel valorizado é utilizado na compra de imóvel de menor valor, parte utilizada em outras compras, ou poupança. Ambos os movimentos são mais valorizados pelo antigo morador do que permanecer no centro e usufruir das amenidades urbanas do centro renovado. No caso de moradores de aluguel, a situação é mais precária, pois não conseguirão arcar com os custos dos aluguéis mais altos e não se beneficiarão em nada com a valorização do imóvel.

NADALIN, V. **Revitalização das áreas centrais nas cidades brasileiras por meio da mobilização de investimentos privados**. Brasília, DF: Ipea, mar. 2023 (Textos para Discussão, n. 2862). Adaptado.

Considerando-se os efeitos do padrão de urbanização, na comparação entre os Textos I e II, conclui-se que

- (A) o Texto II complementa o Texto I, especificando aspectos do processo de gentrificação.
- (B) o Texto II contesta o Texto I, relativizando a precarização dos bairros da população pobre.
- (C) o Texto I retifica o Texto II, enfatizando o processo de verticalização das áreas centrais.
- (D) o Texto I contradiz o Texto II, considerando inclusivo o modelo atual de desenvolvimento urbano.
- (E) ambos os textos se excluem mutuamente, abordando diferentes problemáticas da agenda urbana.

70

Considere o texto sobre desigualdade de renda no Brasil.

Uma das características mais marcantes da economia brasileira é o seu elevado grau de desigualdade de renda, embora de comportamento variável. De fato, é possível identificar, durante o último quarto de século, três períodos com dinâmicas inteiramente distintas: (a) de 1981 a 1989, em que houve um contínuo crescimento do grau de desigualdade; (b) de 1989 a 1993, caracterizado por uma alta volatilidade e por um pico da desigualdade; e (c) de 1993 a 2005, marcado por um persistente declínio do grau de desigualdade. Nesse último longo período é possível destacar, ainda, o último quinquênio (2001-2005) como um período de nítida aceleração na queda de desigualdade de renda, como mostram pesquisas do Ipea.

FERREIRA, F. *et al.* Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil: uma atualização para 2005. *In*: BARROS, L. *et al.* (org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília, DF: Ipea, v. 1, 2006, p. 359. Adaptado.

No terceiro período mencionado no texto, identifica-se como um fator responsável pela redução da desigualdade de renda a(o)

- (A) aceleração do processo inflacionário em todo o território nacional
- (B) expansão educacional lenta da força de trabalho com alto retorno marginal
- (C) expansão dos programas governamentais de transferência de renda
- (D) divergência significativa entre rendas médias das áreas rurais e urbanas
- (E) aumento da diferença de renda entre grupos educacionais distintos